

Transformar o País pela Educação



GAEC Educação S.A

CNPJ/MF nº 09.288.252/0001-32 - NIRE: 35300350430 - Companhia Aberta
CÓDIGO ISIN DAS AÇÕES: BRANIMACOR6

CÓDIGO DE NEGOCIAÇÃO DAS AÇÕES NA BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS: "ANIM3"
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

Aos acionistas,

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, acompanhada das Demonstrações Financeiras deste exercício, em comparação com o exercício do ano de 2013. As demonstrações financeiras individuais são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Sobre a ANIMA

Somos uma das maiores organizações educacionais privadas de ensino superior do país, tanto em termos de receita como em número de estudantes matriculados, de acordo com a Hoper Educação. Encerramos o ano de 2014 com uma base de aproximadamente 79 mil estudantes matriculados em cursos presenciais de graduação, pós graduação e ensino técnico, em 17 campi localizados nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Possuímos um posicionamento diferenciado quando comparados à outras empresas do setor, inclusive às companhias educacionais de capital aberto, que se traduz em nossa capacidade de conciliar escala com oferta de ensino de alta qualidade. Temos mais de 10 anos de experiência no setor de gestão global, e contamos com a participação de conferencistas mundialmente reconhecidos, como Jim Collins, Ram Charan, Michael Porter e Philip Kotler. A HSM, fundada há mais de 27 anos, também se destaca por oferecer Cursos In Company, que integram metodologia e acompanhamento diferenciados para atender às necessidades das empresas no desenvolvimento de seus colaboradores e líderes. Adicionalmente, a HSM possui uma editora própria, responsável pela publicação de títulos selecionados de gestão e pela Revista HSM Management, além do HSM Experience, nossa plataforma de conteúdo sobre gestão.

Mensagem da Administração

Em tempos conturbados e de incertezas, um dos grandes desafios da liderança é justamente clarear a água para o resto da organização. E a partir de uma ótica límpida, enxergar um caminho de oportunidades e otimismo, sem no entanto, subestimar os desafios nem se descolar da realidade. Os últimos dias do ano de 2014 nos impuseram este desafio, criando um sentimento ambíguo num ano marcado por excelentes resultados. De um lado encerramos um ano espetacular! Com todas as nossas unidades entregando resultados acima do planejado, conseguimos mais uma vez conciliar avanços em praticamente todas as áreas estratégicas. Incluímos 3 de nossas instituições entre as melhores empresas para se trabalhar no Brasil, pelo ranking do Great Place to Work Institute, todas as nossas instituições de ensino apresentaram evolução positiva em seus respectivos IGC's, melhoramos nos resultados do ENADE e demos os primeiros passos para materializar os projetos de inovação acadêmica. Todas as nossas marcas seguem num bom ritmo de crescimento orgânico, com um aumento de 9,6% de ingressantes vs. 2013 e 14,1% de incremento na base de alunos de graduação. Estamos claramente crescendo num ritmo superior ao de nossos concorrentes, evidenciando nosso ganho de participação de mercado em todas as praças em que atuamos. A consequência natural destes esforços coordenados tem sido ganhos de eficiência em margens, que vem sendo revertidos em novos investimentos em qualidade e expansão de nossa proposta de valor. Na frente de crescimento orgânico, demos também passos firmes e consistentes com nossa estratégia. Assumimos a gestão da Universidade São Judas Tadeu em Julho de 2014, entrando no mercado de São Paulo com uma das marcas mais respeitadas da cidade. Além de abrir as portas para o maior mercado de educação superior do país, a São Judas tem se revelado um celeiro de talentos, com gente apaixonada por educação, e ao mesmo tempo aberta ao diálogo e às inovações que vão ajudar nossos estudantes a terem sucesso. Nosso portfólio inclui também a HSM, que acreditamos ser uma das mais renomadas instituições de educação corporativa no Brasil. Por meio da nossa participação de 50% na HSM, adquirida em março de 2013, e os demais 50% adquiridos em dezembro de 2014, acreditamos ser líderes em termos de participantes no mercado de organização de grandes eventos de gestão empresarial, com público médio anual de oito a nove mil participantes, que, em sua maioria, são altos executivos de grandes empresas. Os eventos organizados pela HSM no Brasil têm como objetivo estimular a discussão de temas de vanguarda em gestão global, e contam com a participação de conferencistas mundialmente reconhecidos, como Jim Collins, Ram Charan, Michael Porter e Philip Kotler. A HSM, fundada há mais de 27 anos, também se destaca por oferecer Cursos In Company, que integram metodologia e acompanhamento diferenciados para atender às necessidades das empresas no desenvolvimento de seus colaboradores e líderes. Adicionalmente, a HSM possui uma editora própria, responsável pela publicação de títulos selecionados de gestão e pela Revista HSM Management, além do HSM Experience, nossa plataforma de conteúdo sobre gestão.

Desempenho Operacional

Desempenho Operacional

• Base de alunos

Apresentamos ao final de 2014 uma base de alunos no ensino superior presencial de 78,9 mil alunos, sendo 71,0 mil alunos de graduação, 3,9 mil alunos de pós graduação, além de 4,0 mil alunos do Ensino Técnico (PRONATEC), representando um crescimento de 70,1% versus o mesmo período de 2013. Além do crescimento orgânico de todas as nossas operações e unidades de negócio, este crescimento pode ser explicado também pela consolidação dos resultados da São Judas a partir do 3T14.

• Financiamento Estudantil

Na Anima sempre acreditamos que para conciliar qualidade acadêmica com escala precisaríamos enfrentar o desafio de promover acesso, e que este último se daria através de financiamento estudantil. Desta forma, além de oferecer aos nossos alunos o programa de financiamento estudantil do governo, o FIES, vinhamos mantendo desde 2006 uma opção privada de financiamento estudantil, o PRAVALER, em parceria com a Ideal Invest. Desta forma ampliamos as opções para o aluno, e o deixamos escolher a alternativa que mais lhe convém.

Ao final de 2014, totalizamos 36,2 mil alunos com acesso aos programas de financiamento (FIES e PRAVALER), o que representa 48% da nossa base de alunos de graduação e um crescimento de 71% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

• Qualidade Acadêmica

No quarto trimestre de 2014, o MEC divulgou as notas do Conceito Preliminar de Curso (CPC) e também o Índice Geral de Cursos (IGC) referentes ao ano de 2013. Continuamos, de maneira consistente, evoluindo positivamente os nossos índices acadêmicos, o que reforça nossa confiança na efetividade do nosso modelo acadêmico e nosso compromisso em manter foco na melhoria contínua da qualidade do ensino oferecido aos nossos alunos.

Neste ciclo de avaliação, consolidamos ainda mais a nossa presença em Minas Gerais e comemoramos novamente a conquista da UNA como a melhor entre Universidades e Centros Universitários privados de Minas Gerais e do UniBH como o segundo melhor Centro Universitário privado de Belo Horizonte, atrás somente da UNA, obtendo notas 2,86 e 2,76, respectivamente. Desta forma, vamos gradualmente nos aproximando da fronteira IGC 4, que começa a partir da nota 2,95. Os resultados obtidos na Unimonte e na Universidade São Judas Tadeu se mantiveram praticamente estáveis neste ciclo de avaliação com notas de 2,40 e 2,78 respectivamente. Na avaliação do Conceito Preliminar de Curso (CPC), a média da Anima cresceu 11,4%, atingindo 3,04 em 2013, em comparação à média de 2,73 obtida em 2010, quando do último ciclo de avaliação do mesmo grupo de cursos. Desta forma, melhoramos de 94,7% para 100% dos nossos cursos com CPC maior ou igual a 3, na comparação entre os ciclos de 2010 e de 2013.

Desempenho Financeiro

• Receita Líquida

No total do ano de 2014, reportamos uma receita líquida de R\$ 693,5 milhões o que representa um crescimento de 50,3% em relação ao mesmo período de 2013. A consolidação da São Judas a partir de julho de 2014 contribuiu com um valor de R\$103,4 milhões na receita líquida, ou 22,4% de crescimento. Considerando somente o segmento de Ensino Superior, o crescimento foi de 55,1% e pode ser explicado principalmente pelo aumento da nossa base de alunos, melhor mix dos nossos cursos e aumento médio das mensalidades em 7,5% ocorrido no início do ano.

• Total de Custos e Lucro Bruto

Os custos dos serviços prestados, totalizaram R\$ 371,0 milhões em 2014 e apresentaram um crescimento de 45,0% em relação ao mesmo período do ano anterior ao já considerarmos a aquisição da São Judas. Ao se analisar os custos pela Receita Líquida, vemos uma redução de 2,0p.p. se comparado a 2013, sendo um aumento de 0,8 p.p. em custos com pessoal, mais do que compensado por um ganho de 2,8p.p. referente a diluição de custos fixos como serviços de terceiros, aluguel e outros custos. Reportamos um lucro bruto de R\$322,5 milhões com uma margem bruta de 46,5% sobre a Receita Líquida e um ganho de 2,0 p.p. em margem bruta versus o mesmo período do ano anterior.

• Despesas Operacionais

o Despesas Comerciais

No acumulado do ano de 2014, as despesas comerciais, compostas por marketing e PDD, totalizaram R\$243,3 milhões, ou 6,2% da receita líquida, enquanto que no mesmo período do ano anterior totalizaram R\$27,5 milhões ou 6,0% da receita líquida. As despesas de marketing tiveram um aumento de R\$107,7 milhões em relação a 2013, o que representou um aumento de 0,5p.p. como percentual da receita líquida. Esse aumento reflete a consolidação da São Judas a partir do 3T14, visto que esta destinava um percentual maior da receita líquida em marketing para captação de alunos. Na avaliação de PDD no ano, da mesma forma, apresentamos um aumento de R\$5,1 milhões, mas que no entanto representou 2,7% da Receita Líquida, ou 0,4p.p. melhor em relação ao mesmo período do ano anterior. A redução da provisão para devedores duvidosos (PDD) como percentual da receita se refere a uma carteira de recebíveis com um aging mais baixo, principalmente na pós graduação, refletindo melhorias nos processos de cobrança da nossa área de gestão da inadimplência. Além disso, o aumento da participação de alunos com FIES na nossa base total de alunos vem contribuindo para um percentual de provisão de PDD, que por outro lado é compensado por um aumento das despesas com comissão do FGEDUC, contabilizada na rubrica de outras despesas gerais e administrativas.

o Despesas Gerais e Administrativas

No acumulado do ano de 2014, as nossas despesas gerais e administrativas foram de R\$157,5 milhões e aumentaram R\$22,5 milhões, ou 16,7%, em relação ao ano de 2013. Esta variação pode ser explicada pelo aumento de nossas despesas com serviços de terceiros principalmente pelo fato de passarmos a ser uma empresa de capital aberto. Um outro fator que contribuiu para o aumento das outras despesas gerais e administrativas foi o aumento das despesas com a comissão do FGEDUC e com a comissão do Programa PRAVALER refletindo o aumento de alunos com financiamento estudantil na nossa base total de alunos.

Por outro lado, apresentamos uma redução de R\$8,5 milhões nas despesas com pessoal. Apesar da expansão do quadro administrativo e aumentos salariais por dissídio coletivo, no valor de R\$25,1 milhões, em 2013 registramos um valor pontual de R\$33,6 milhões referente ao Programa Dávila, no qual dois acionistas da companhia transferiram ações particulares para 2,2 mil colaboradores e professores que assim se tornaram acionistas da Anima, sem o mesmo efeito em 2014.

o Outras (Despesas) Receitas Operacionais

No acumulado do ano de 2014, apresentamos as despesas operacionais próximas de zero, visto que as despesas com provisões para contingências no valor de R\$11,6 milhões e as despesas com impostos e taxas no valor de R\$2,2 milhões foram compensadas pelas outras receitas operacionais no valor R\$13,8 milhões. Em relação a 2013, isso representou um ganho de R\$3,0 milhões, sendo R\$1,9 milhões referente a uma menor necessidade de provisões para contingências e R\$1,1 milhões referente a uma maior receita operacional.

• Ebitda ajustado (Não auditado)

Considerando o forte crescimento da receita, a eficiência na gestão dos nossos custos como resultado de nosso modelo acadêmico e a nossa cultura orçamentária, reportamos um EBITDA ajustado no acumulado de 2014 de R\$156,5 milhões com uma margem de 22,6% sobre a receita líquida. Esse valor representou um crescimento de R\$ 59,0 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, além de um ganho 1,5p.p em relação à Receita Líquida.

• Resultado Financeiro

O resultado financeiro de 2014 foi positivo em R\$16,5 milhões ante um resultado financeiro negativo de R\$8,0 milhões do mesmo período de 2013. Enquanto a receita financeira aumentou R\$25,4 milhões, principalmente pelo aumento da receita com aplicações financeiras advindas da captação dos recursos do IPO, as despesas financeiras subiram em um patamar menor no valor de R\$1,0 milhão.

• Resultado Líquido

No acumulado do ano de 2014, o nosso resultado líquido foi de R\$159,1 milhões com uma margem de 22,9% sobre a receita líquida. Em relação ao mesmo período do ano anterior, o lucro líquido apresentou um crescimento de R\$125,1 milhões, quando apresentamos um lucro líquido de R\$34,0 milhões e uma margem de 7,4%.

• Endividamento Líquido

Ao final de 2014 apresentamos um total em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de R\$135,9 milhões indicando um decréscimo expressivo em relação ao mesmo período de 2013, principalmente pela aquisição da Universidade São Judas, tal como pela compra dos 50% restantes de participação da HSM. Da mesma forma, os empréstimos e financiamentos totalizaram R\$129,0 milhões, apresentando uma redução de R\$20,7 milhões em relação ao ano anterior, originados, na sua maior parte, de contratos de longo prazo. Nossas outras obrigações de curto e longo prazo foram reduzidas de R\$88,5 milhões no final de 2013 para R\$9,3 milhões no fim de 2014, principalmente pela compra da HSM (uma vez que o valor da PUT era computado como dívida em nosso balanço), pela quitação antecipada dos parcelamentos tributários (sendo 70% pagos com créditos tributários, conforme explicado anteriormente) e pelo pagamento das parcelas referentes à aquisição da faculdade em Belém. Considerando também estas outras obrigações, encerramos o ano de 2014 com uma dívida líquida R\$2,4 milhões.

• Contas a receber e PMR

Ao final de 2014 tivemos um PMR (prazo médio de recebimento) de 73 dias, o que representa um crescimento de 10 dias sobre o mesmo período do ano anterior. Segmentando nosso saldo de contas a receber, percebemos um PMR de 86 dias para os recebíveis de FIES, ou seja praticamente estável em comparação ao final de 2013. Já o PMR para alunos não-FIES sobe para 62 dias em 2014, comparados a 51 no mesmo período do ano anterior.

É importante destacar que este incremento no segmento não FIES ocorreu principalmente por uma reclassificação de aproximadamente R\$10,6 milhões de mensalidades de alunos de competências de 2014 que anteriormente estavam registrados como FIES. Como o prazo para aditamentos de contratos das competências 2014 e 2014-2 ainda estava em aberto, estas mensalidades não poderiam ser consideradas vencidas. Com o encerramento efetivo do prazo para estas competências pudemos apurar os valores em aberto e iniciar um trabalho efetivo de cobrança. Os resultados preliminares deste esforço são animadores e esperamos recuperar a maior parte deste montante. Excluído este efeito, nosso PMR para alunos não FIES teria ficado estável em 52 dias.

• Investimentos (Capex)

No acumulado do ano de 2014, os nossos investimentos totalizaram R\$41,6 milhões, ou 6,0% da Receita Líquida, o que representa um crescimento de R\$16,1 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, quando reportamos um investimento total de R\$25,5 milhões. Este valor inclui R\$23,9 milhões (3,4% sobre a Receita Líquida) de investimentos em manutenção e outros R\$17,8 milhões (2,6% sobre a Receita Líquida) de investimentos em projetos de expansão que incluem os novos campi no interior de Minas Gerais, e o aumento de capacidade de algumas de nossas unidades mais recentes como o campus Cristiano Machado do UniBH e o Linha Verde, Centro Novo e Barreiro da UNA, além da reestruturação de algumas áreas e salas de aulas na São Judas. Além do crescimento de nossas unidades presenciais, temos um volume incremental de recursos em 2014, quando comparado à 2013, relacionados aos investimentos em tecnologia aplicada a educação. Entre os principais projetos estão os relacionados ao desenvolvimento e evolução das plataformas tecnológicas para o lançamento do nosso Ensino à Distância, HSM Experience, nosso canal de relacionamento com alunos (CRM), além de nossos sistemas de apoio e planejamento (ERP e BI).

Política de Distribuição de Dividendos
Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social diminuído da reserva legal, que em 2014 representou um valor de R\$ 39,2 milhões. O valor dos dividendos e data de pagamento serão deliberados durante a próxima Assembleia Geral.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2014: auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") e revisão das informações contábeis intermediárias trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Revisão de Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Os honorários relativos a esses trabalhos foram de R\$ 712 mil.

Declaração da Diretoria Executiva

Os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes

E

Os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	31/12/2014	Controladora 31/12/2013	Consolidado 31/12/2014	Consolidado 31/12/2013
--	------------------	------------	-------------------------	------------------------	------------------------

RECEITA LÍQUIDA	26	2.671	2.260	693.506	461.292
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	27	(21.227)	(3.861)	(371.044)	(255.899)
(PREJUÍZO) LUCRO BRUTO		(18.556)	(1.601)	322.462	205.393

RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais	27	(448)	(77)	(43.338)	(27.462)
Gerais e administrativas	27	(1.660)	(16.815)	(157.524)	(135.036)
Resultado de equivalência patrimonial	12	155.742	55.981	-	-
Outras (despesas) receitas operacionais	27	7.022	5.301	(38)	(2.994)
		160.656	44.390	(200.900)	(165.492)

RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		142.100	42.789	121.562	39.901
Resultado financeiro	29	13.694	(4.429)	16.502	(7.983)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		155.794	38.360	138.064	31.918

Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	11	9.103	-	21.030	2.102
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		164.897	38.360	159.094	34.020

LUCRO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À					
Proprietários da controladora		164.897	38.360	164.897	38.360
Participação de não controladores		-	-	(5.803)	(4.340)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	31/12/2014	Controladora 31/12/2013	Consolidado 31/12/2014	Consolidado 31/12/2013
--	------------------	------------	-------------------------	------------------------	------------------------

RECEITA					
Receita de serviços prestados	26	2.924	2.437	906.357	579.086
Outras receitas		7.460	5.192	15.793	12.583
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	27	-	-	(18.733)	(13.778)

INSUMOS ADQUIRIDOS POR TERCEIROS					
Custo dos serviços prestados		(56)	(25)	(8.516)	(6.584)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(5.798)	(57)	(330.701)	(205.910)

VALOR ADICIONADO BRUTO		4.530	7.547	564.200	365.397
Depreciação e amortização	27	(1.804)	(919)	(21.154)	(12.512)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		2.726	6.628	543.046	352.885

VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	29	155.742	55.981	-	-
Receitas financeiras		23.280	5.967	45.707	20.263

VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		181.748	68.576	588.753	373.148
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		181.748	68.576	588.753	373.148
Pessoal		-	-	-	-
Remuneração direta		12.073	2.730	259.405	164.963
Ações concedidas por sócios a funcionários (Dávila)		-	9.587	-	29.177
Bônus		-	6.642	-	6.642
Benefícios FGTS		743	193	15.357	10.623
		518	153	22.698	14.458

Impostos, taxas e contribuições Federais Estaduais Municipais		(6.575)	465	43.252	38.536
		-	2	5	6
Remuneração de capitais de terceiros		94	65	17.648	11.755
Juros		9.586	10.396	29.205	28.246
Aluguéis		412	(17)	42.089	34.722

Remuneração de capitais próprios		164.897	38.360	159.094	34.020
Lucro e/ou prejuízos do exercício		164.897	38.360	164.897	38.360
Participação dos acionistas não controladores		-	-	(5.803)	(4.340)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	31/12/2014	Controladora 31/12/2013	Consolidado 31/12/2014	Consolidado 31/12/2013
--	------------------	------------	-------------------------	------------------------	------------------------

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		164.897	38.360	159.094	34.020
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-

RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		164.897	38.360	159.094	34.020
--	--	----------------	---------------	----------------	---------------

RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À					
Proprietários da controladora		164.897	38.360	164.897	38.360
Participação de não controladores		-	-	(5.803)	(4.340)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

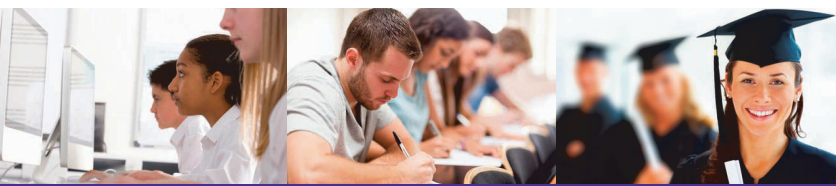
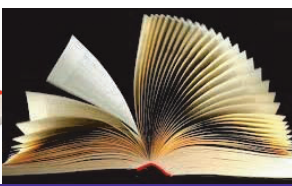
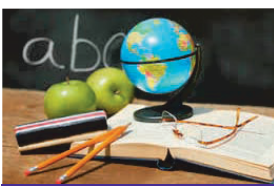
Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	31/12/2014	Controladora 31/12/2013	Consolidado 31/12/2014	Consolidado 31/12/2013
--	------------------	------------	-------------------------	------------------------	------------------------

ATIVOS					
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.304	2.647	15.867	12.202
Aplicações financeiras	7	35.185	385.840	119.993	476.487
Contas a receber	9	4.088	4.122	155.507	80.557
Adiantamentos diversos	9	6.456	2.111	25.089	9.962
Impostos e contribuições a recuperar	10	6.898	-	13.054	4.315
Dividendos a receber		40.950	5.254	-	-
Outros ativos circulantes		13	23	6.408	4.266
Total do ativo circulante		101.894	397.897	336.008	587.789

ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Contas a Receber	8	-	-	1.590	321
Ad					

Transformar o País pela Educação



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva Legal	Reserva de lucros	Retenção de Lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio Líquido dos controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	89.789	-	(3.822)	-	-	-	(60.299)	(7.311)	18.357	-	18.357
Aumento de capital	454.112	-	-	-	-	-	-	-	454.112	-	454.112
Redução de capital	(47.490)	-	-	-	-	-	-	-	(34.333)	-	(34.333)
Aquisição de ações para tesouraria	-	-	(1.281)	-	-	-	-	13.157	(1.281)	-	(1.281)
Efeito alienação de ações em tesouraria	-	1.539	5.103	-	-	-	-	-	6.642	-	6.642
Aquisição de Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.770)	(2.770)
Ações concedidas por sócios a funcionários (Dáviva)	-	28.328	-	-	-	-	-	-	28.328	861	29.189
Remuneração baseada em ações	-	40	-	-	-	-	-	-	40	3	43
Custo captação na emissão de títulos	-	(28.052)	-	-	-	-	-	-	(28.052)	-	(28.052)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	2.771	-	2.771	-	2.771
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	1.919	-	-	-	(9.116)	(9.116)	-	(9.116)
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	-	40.602	-	-	-	-	-
Alocação de lucros não realizados	-	-	-	-	-	-	-	7.431	7.431	-	7.431
Lucro do período	-	-	-	-	-	-	-	38.360	38.360	(4.340)	34.020
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	496.411	1.855	-	1.919	40.602	-	(57.528)	-	483.259	(6.246)	477.013
Remuneração baseada em ações	-	110	-	-	-	-	-	-	110	11	121
Realização plano de incentivo	-	(147)	147	-	-	-	-	-	(586)	-	(586)
Dividendos obrigatórios	-	(586)	-	-	-	(1)	-	(39.181)	(39.182)	-	(39.182)
Reserva legal	-	-	-	8.249	-	-	-	(8.249)	-	-	-
Constituição reserva de lucros	-	-	-	-	-	117.467	-	(117.467)	-	-	-
Aquisição de ações dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	(12.038)	-	(12.038)	12.038	-
Aquisição de ações para tesouraria	-	-	(158)	-	-	-	-	-	(158)	-	(158)
Alocação de lucros não realizados	-	-	-	-	-	-	-	164.897	164.897	(5.803)	159.094
Lucro do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	496.411	1.232	(11)	10.168	158.068	-	(69.566)	-	596.302	-	596.302

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GAEC Educação S.A. ("GAEC" ou "Sociedade"), com sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, foi constituída em 03 de dezembro de 2007, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BMFBBOVESPA S.A.), sob o código ANIMS que tem por objeto a participação direta e indireta no capital de empresas que atuam em:

(a) Administração de instituições de ensino e auxílio às atividades de apoio à educação, representado pela BR Educação Executiva S.A. ("BR Educação").

(b) Prestação de serviços de ensino em nível superior, incluindo cursos livres, de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos à distância, bem como a realização de pesquisa, seminários, palestras e eventos culturais. Representado por Minas Gerais Educação S.A. ("MGE"), Instituto Mineiro de Educação e Cultura Uni-BH S.A. ("IMEC"), Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A. ("Unimonte"), UNA Gestão Patrimonial S.A. ("UNA Gestão"), HSM Educação S.A. ("HSM Educação"), AMC Serviços Educacionais Ltda. ("Universidade São Judas Tadeu - USJT"), Posse Gestão Patrimonial S.A. ("PGP") e VC Network Educacional S.A. ("VC Network"), sendo que estas duas últimas estão temporariamente sem operação.

(c) Organização de congressos, seminários, edição e impressão de livros, jornais e outras publicações e serviços de informação na internet como portais, provedores de conteúdo e outros, a distribuição de vídeo e de programas de televisão representado pelas controladas indiretas HSM do Brasil S.A. ("HSM do Brasil"), HSM Editora S.A. ("HSM Editora"), HSM Marcas Ltda. ("HSM Marcas") e Editora Universidade São Judas Tadeu Ltda. ("Editora USJT").

As controladas diretas e indiretas da Sociedade ("Grupo") estão sumarizadas na nota explicativa nº 2.3.

A GAEC realiza a prestação de serviços de assessoramento, consultoria e gestão a empresas, bem como a participação em quaisquer outras sociedades, como sócia, acionista, consorciada ou quotista, independente do seu respectivo ramo de atuação e objetivos sociais.

Em abril de 2014 a controlada MGE (Minas Gerais Educação S.A.) assinou contrato para adquirir 100% das quotas das sociedades Editora Universidade São Judas Tadeu Ltda. e AMC Serviços Educacionais Ltda., sendo esta última mantenedora da Universidade São Judas Tadeu (USJT), pelo valor de R\$ 318.771 pagos em duas parcelas, a primeira em 1º de julho de 2014 no valor de R\$ 256.000 pago na data da assinatura do contrato de compra e venda e a segunda em 16 de setembro de 2014 no valor de R\$ 62.771, já deduzido em conta de garantia conjunta ("Escrow Account") no valor de R\$ 6.545 conforme definido no contrato de compra e venda. O valor do negócio informado em 30 de junho de 2014 de R\$ 320.000 foi ajustado em R\$ 1.229 pela variação do capital de giro e do caixa em relação aos negociados e os constantes balanço de fechamento de 30 de junho de 2014.

No dia 02 de junho de 2014, a aquisição pela controlada MGE (Minas Gerais Educação S.A.) foi aprovada pelo Conselho de Administração (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), tendo a referida decisão transitado em julgado. Conforme contrato de aquisição, a data de fechamento da aquisição foi 1º de julho de 2014.

Em 23 de julho de 2014 foi publicado no diário Oficial da União o credenciamento do Centro Universitário UNA, mantida da controlada MGE, para oferecer a modalidade de Ensino a Distância (EAD) no âmbito nacional. Os cursos terão início no primeiro semestre de 2015 em 14 polos com abrangência nacional.

Em agosto de 2014 a controlada HSM Educação alienou a manutenção do curso de educação superior de Administração pelo valor de R\$ 550 a serem recebidos em duas parcelas, a primeira no valor de R\$ 400, foi recebido no ato da assinatura do contrato de compra e venda em 29 de agosto de 2014 e a segunda será recebida em até 5 dias após a data de publicação do deferimento da transferência da Manutenção, o qual está pendente de apreciação pelo MEC (Ministério de Educação e Cultura). Tal curso não possuía alunos e não chegou a ser ofertado pela HSM.

Em 01 de outubro de 2014 a Sociedade adquiriu 99,99% das ações da PGP - Posse Gestão Patrimonial S.A., empresa que já pertencera à Sociedade ofertando cursos livres, havia sido retirada do grupo na reestruturação societária que precedera a realização de oferta pública de ações por estar inativa e voltará a ter operações educacionais a partir de 2015.

Em 17 de dezembro de 2014 as sócias HSM Mídia, Digital e Participações S.A. e RBS Participações S.A., detentoras de 50% das ações HSM Brasil e HSM Educação, exerceram seu direito da opção de venda das referidas participações, assinando nesta data Instrumento Particular de Compra e Venda de Participação Acionária, onde a controlada BR Educação adquiriu a totalidade das ações da HSM Brasil e HSM Educação, detidas pelas sócias citadas acima, pelo valor de R\$ 39.213.

Comparabilidade

As demonstrações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não incluem os resultados referentes ao período de três meses findos em 31 de março de 2013 para as investidas BR Educação, HSM do Brasil, HSM Educação, HSM Editora e HSM Marcas, os quais passaram a ser consolidados a partir de março de 2013. Também não estão incluídos os resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 para as investidas USJT e Editora USJT, as quais passaram a ser consolidadas a partir de 1º de julho de 2014.

Nas demonstrações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, estão apresentados os resultados das controladas USJT e Editora USJT de 1º de julho de 2014 a 31 de Dezembro de 2014 e os ativos e passivos ao final deste período.

Portanto, a leitura das demonstrações financeiras deve considerar esses aspectos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRSs e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem:

• As demonstrações financeiras individuais da controladora elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Controladora (BR GAAP)".

• As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Consolidado (IFRS e BR GAAP)".

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas. O controle é obtido quando a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Sociedade mantém as seguintes controladas, diretas e indiretas:

Nome da controlada	Participação %	
	31/12/2014	31/12/2013
Controladas diretas		
Minas Gerais Educação S.A.	100	100
Instituto Mineiro de Educação e Cultura - Uni-BH S.A.	100	100
Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A.	100	100
VC Network Educação S.A.	100	100
BR Educação Executiva S.A.	100	100
Posse Gestão Patrimonial S.A.	99,99	-
Controladas indiretas		
UNA Gestão Patrimonial S.A.	100	100
HSM do Brasil S.A.	100	50
HSM Educação S.A.	100	50
HSM Marcas Ltda.	100	50
HSM Editora S.A.	100	50
AMC Serviços Educacionais Ltda.	100	-
Editora Universidade São Judas Tadeu Ltda.	100	-

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos na demonstração do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

A Sociedade apresenta nas suas demonstrações financeiras consolidadas, sua participação nas controladas usando o método de consolidação integral. As participações nos ativos, passivos e resultados da controlada são combinados com os correspondentes itens nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade, linha a linha.

Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora no patrimônio líquido das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas do Grupo.

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é o mesmo que o da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com as utilizadas no exercício anterior. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

A parcela relativa aos não controladores no patrimônio líquido das controladas é apresentada destacadamente no patrimônio líquido consolidado.

2.4. Apresentação de relatórios por segmentos operacionais

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, que é o Conselho de Administração, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Sociedade.

2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Sociedade. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas pela Sociedade na preparação das demonstrações financeiras são descritas como segue:

(a) Reconhecimento da receita - A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e/ou descontos comerciais concedidos e outras deduções similares. As receitas de prestação de serviços de ensino, de assessoramento, consultoria e gestão a empresas, somente são reconhecidas quando o serviço é prestado ao cliente, os valores das receitas podem ser estimados com segurança e são prováveis que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluirão para a Sociedade e suas controladas. As receitas obtidas com locação de imóveis somente são reconhecidas quando do uso do bem pelo cliente, conforme os contratos de locação, os valores das receitas podem ser estimados com segurança e é provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluam para as controladas da Sociedade.

(b) Contas a receber - Estão apresentadas pelo valor nominal dos títulos, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias em base pro rata temporis, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

Para os contratos financiados, o percentual não financiado é registrado como mensalidades a receber e a diferença financiada é contabilizada como Benefícios reembolsáveis - FUNDER, acrescidos, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias em base pro rata temporis, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

(c) Combinações de negócios - Nas demonstrações financeiras, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Sociedade. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do período conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto quando a transação evidencie perda do valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Sociedade.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Sociedade aplica os requisitos da Interpretação Técnica IOPC - 09 (R1), a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

(d) Ágio - O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do período. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

(e) Instrumentos financeiros - São inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

• Ativos financeiros não derivativos: Os ativos financeiros são classificados no momento em que foram originados como empréstimos e recebíveis. A classificação dos ativos financeiros depende de sua natureza e finalidade e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Segue o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos ativos financeiros da Sociedade e de suas controladas:

(f) Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros (inclusive contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, créditos com partes relacionadas etc.) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado do exercício.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é material.

• Passivos financeiros não derivativos: Quando não especificados de outra forma, os passivos financeiros foram classificados no momento de seu reconhecimento inicial como outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem os empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores, títulos a pagar e débitos com partes relacionadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 32.

A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Segue o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas:

(i) Empréstimos e financiamentos - São reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquido dos custos das transações. Na data do balanço está apresentado pelo seu reconhecimento inicial, deduzido da amortização das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescido dos correspondentes encargos incorridos. Os custos de transações estão apresentados como redutores do passivo circulante e não circulante, sendo apropriados ao resultado no mesmo prazo de pagamento do financiamento que o originou, com base na taxa efetiva de cada transação.

• Instrumentos financeiros derivativos: As operações de hedge são contabilizadas como hedges de fluxo de caixa e são inicialmente reconhecidas ao valor justo na data da contratação. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

• Instrumentos de patrimônio: Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pelo Grupo são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Sociedade é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Sociedade.

• Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

(i) Foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo;

(ii) Faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pelo Grupo e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e

(iii) É um derivativo não designado como instrumento de "hedge" efetivo.

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

(i) Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir;

(ii) O passivo financeiro for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados do Grupo, e quando as informações a respeito do Grupo forem fornecidas internamente com a mesma base; ou

(iii) O ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

(iv) Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Outros ganhos e perdas", na demonstração do resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa nº 32.

(g) Caixa e equivalentes de caixa - São considerados como caixa e equivalentes de caixa os valores mantidos como caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, cujo vencimento original é igual ou menor que 90 dias e que têm risco insignificante de variação no valor justo. São reconhecidos ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento de cada balanço, em base pro-rata temporis, não superiores aos valores de realização.

(h) Demonstração de valor adicionado ("DVA") - Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às informações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS's.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

(i) Créditos e débitos com partes relacionadas - Correspondem a direitos e obrigações que foram contradas entre a Sociedade e suas partes relacionadas, oriundas de operações de mútuo, cujas condições financeiras destas operações são estabelecidas de comum acordo entre a Sociedade e as partes relacionadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 31.

(j) Investimentos nas demonstrações financeiras individuais - Representados por investimentos em empresas controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, cujos valores estão demonstrados na nota explicativa nº 12. Outros investimentos são registrados e mantidos ao custo.

(k) Imobilizado - Terrenos, edificações, benfeitorias em imóveis de terceiros, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, computadores e periféricos, veículos, biblioteca e videoteca, equipamentos de audiovisual estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil dos bens, mencionadas na nota explicativa nº 13.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é reconhecido prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

(l) Intangível - Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que tem vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas com base na vida útil estimada dos ativos, conforme descrito na nota explicativa nº14. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados por marcas, patentes e ágio por rentabilidade futura os quais não sofrem amortizações e são testados no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

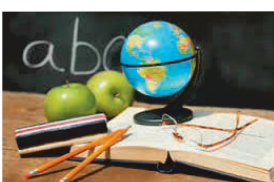
Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios - Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

(m) Redução ao valor recuperável (impairment)

No fim de cada período, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indef

Transformar o País pela Educação



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Impostos e contribuições correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável é diferente do lucro apresentado na demonstração do resultado, pois exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Sociedade e suas controladas pelo regime do lucro real com base nas alíquotas e legislação vigente.

(ii) Impostos e contribuições diferidas: são reconhecidos sobre diferenças temporárias ao final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos e existentes nas demonstrações financeiras e base fiscais correspondentes.

- Diferidos ativos: a Sociedade e suas controladas reconhecem os impostos e contribuições diferidos ativos sobre diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, somente quanto há provável disponibilidade de lucros tributáveis futuros e ou possibilidade de utilização.

- Diferidos passivos: a Sociedade e suas controladas reconhecem os impostos e contribuições diferidos passivos sobre diferenças temporárias tributáveis.

- Revisão da vida útil: A Sociedade e suas controladas revisam anualmente a vida útil de seus ativos.

A Sociedade e suas controladas revisam suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

(t) Receita e despesa financeiras - É reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda é identificada em relação a um contas a receber, a Sociedade reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subseqüentemente, a medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

As despesas financeiras abrangem passivos com juros sobre empréstimos, Cédula de Crédito Bancário (CCB) - impostos partilhados e outros passivos financeiros, liquidação do desconto a valor presente das provisões, perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Método de juros efetivos:

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

(u) Capital social - É composto por ações ordinárias classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzido de quaisquer efeitos tributários.

As ações compradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Sociedade. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em reservas de capital.

(v) Custo de captação na emissão de títulos - os custos de transação incorridos na captação de recursos obtidos com a emissão de títulos patrimoniais são contabilizados, de forma destacada, em conta redutora de patrimônio líquido, deduzindo os eventuais efeitos fiscais.

(w) Remuneração baseada em ações - em outubro de 2013, foi instituído pela Sociedade e suas controladas plano de incentivo aos colaboradores para aquisição de ações durante o processo de abertura de capital da Sociedade e oferta inicial de ações. Após o período de 180 dias de carência, estabelecidos pelo programa Davida, foram concedidas aos colaboradores participantes do programa - no limite de dois salários - uma quantidade equivalente a 20% das ações adquiridas e mantidas pelo colaborador. Ao final deste período a Sociedade não ofertou novo programa de bonificação com ações.

(x) Lucro/prejuízo básico e diluído por ação - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos financeiros potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, no período e no exercício apresentados.

(y) Transações de capital - Nas demonstrações financeiras, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações do Grupo e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Sociedade.

(z) Medida provisória 627/13 - Em 11 de novembro de 2013 foi editada a medida provisória 627 que busca harmonizar as regras tributárias às regras contábeis vigentes. Na avaliação da Sociedade, considerando-se a atual redação da referida medida provisória, conclui que não haverá impactos relevantes nas apurações de impostos da Sociedade e suas controladas, as quais deverão adotar as novas regras a partir de janeiro de 2015. A Administração da Sociedade e de suas controladas continua analisando outros eventuais impactos decorrentes da referida Medida.

4. ADOÇÃO DAS NOVAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIO FINANCEIRO (IFRS)

Em decorrência de alteração nos pronunciamentos contábeis em vigor, a Sociedade adotou novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2014 e as aplicou, para apresentação destas informações contábeis intermediárias. A Sociedade avaliou essas novas normas e não identificou efeitos significativos sobre os valores reportados.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros - A IFRS 9 emitida em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. Posteriormente, a IFRS 9 foi alterada em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros. Em julho de 2014, o IASB efetuou nova revisão da contabilização de instrumentos financeiros que irá substituir as orientações existentes na IAS 39 - *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração) em sua totalidade na data de vigência desse novo normativo. Esta revisão incluiu, principalmente a) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros e b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes para alguns instrumentos de dívida simples. Tal revisão acrescenta, ainda, as exigências de redução ao valor recuperável relacionadas à contabilização das perdas de crédito esperadas sobre os ativos financeiros e compromissos de concessão de crédito de uma entidade e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. Esta norma é aplicável para os exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018 e a Sociedade não adotou antecipadamente esse pronunciamento e está avaliando o impacto total do IFRS 9.

IFRS 15 Receitas de contratos com clientes - a IFRS 15 foi emitida em maio de 2014 e exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletido na contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma irá substituir o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - *Receitas*, IAS 11/CPC 17 (R1) - *Contratos de Construção* e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva. A nova norma é aplicada a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS inclusive de forma retroativa. Os princípios fundamentais da IFRS 15 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. Com a IFRS 15, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente. A Sociedade está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações mas ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

As novas normas e alterações às IFRSs mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Sociedade e suas controladas.

5. COMBINAÇÕES DE NEGÓCIOS

5.1. Aquisição da empresa BR Educação Executiva S.A.

5.1.1. Controladas adquiridas

Em 4 de fevereiro de 2013 a Sociedade firmou contrato de compra e venda com os acionistas da empresa BR Educação Executiva S.A. (BR Educação) adquirindo 62.500.000 ações, representando 100% do seu capital social.

A BR Educação detém 50% do capital social das empresas:

(a) HSM do Brasil S/A empresa localizada na cidade de Banerji, estado de São Paulo, que atua na edição e impressão de livros, na distribuição de vídeos e de programas de televisão e presta serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas;

(b) HSM Educação S.A., empresa com sede na cidade de São Paulo, que atua na oferta de cursos de educação superior (graduação e pós-graduação) além de dar consultorias em gestão empresarial;

Adicionalmente existem as seguintes investidas indiretas:

(a) HSM Editora S/A, subsidiária integral da HSM Educação, localizada na cidade de São Paulo, especializada na edição e comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações além de serviços de informação na internet como portais, provedores de conteúdo e outros; e

(b) HSM Marcas Ltda., empresa situada na cidade de Banerji, estado de São Paulo, controlada em conjunto pelas empresas HSM do Brasil e HSM Educação que realiza a gestão de ativos intangíveis não financeiros e a distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão, além de prestar serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas e cursos de educação superior (graduação e pós-graduação).

Com base no IFRS 10 - *Consolidated Financial Statements*, correspondente ao CPC 36 (R3), ficou definido, mediante acordo firmado junto aos acionistas em 04 de fevereiro de 2013, que a GAEC Educação S.A. tem poder sobre as atividades relevantes das empresas, indicando o controle das HSMs.

Embora a participação societária seja de 50% para ambos os acionistas nas investidas indiretas HSMs, a GAEC possui o controle sobre essas investidas e a capacidade de utilizar este poder para afetar o valor de seus retornos. Este poder fica evidenciado através dos direitos por ela mantidos:

(i) Indicação e nomeação de todos os cargos de presidência, diretoria e alta gerência;

(ii) Desenvolvimento do plano de negócios e do orçamento da BR Educação e de suas controladas em linha com as diretrizes da GAEC;

(iii) Gestão das operações das empresas.

Além disso, o outro acionista tem a opção de exigir que a GAEC compre sua participação nas investidas pelo montante R\$40.000 (corrigidos pela variação do IGPm a partir de 04/02/13), conforme descrito na nota explicativa nº 14, demonstrando a exposição somente aos benefícios na participação da HSM Brasil, HSM Educação, HSM Marcas e HSM Editora.

A concretização destas aquisições ocorreu em março de 2013 após aprovação, sem restrições, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), através do Despacho no 240, de março de 2013.

5.1.2. Contrapartidas transferidas

As contrapartidas transferidas totalizaram R\$55.269, pagos da seguinte forma:

(i) R\$28.092 por meio de emissão de 49.279 ações da Sociedade em contrapartida de 36.142.457 ações ordinárias de emissão da BR Educação;

(ii) R\$10.487 pagos em dinheiro em março de 2013;

(iii) R\$10.000 a serem pagos em duas parcelas anuais e sucessivas a partir de fevereiro de 2014, corrigido monetariamente pela variação do CDI até a data do efetivo pagamento.

(iv) R\$6.690 referente ao valor da opção de venda descrita na nota de investimento.

A Sociedade não incorreu em custos relevantes referentes à aquisição e estes foram excluídos da mensuração da contrapartida transferida.

5.1.3. Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

	Valor justo dos ativos líquidos		Total
	Circulantes	Não circulantes	
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	2.682	-	2.682
Contas a receber	3.600	-	3.600
Outros ativos circulantes e não circulantes	2.206	312	2.518
Impostos a recuperar	4.173	434	4.607

Imobilizado	-	5.999	5.999
Intangível	-	66.921	66.921
Passivos			
Fornecedores	(2.170)	-	(2.170)
Empréstimos e financiamentos	(5.223)	(1.244)	(6.467)
Obrigações sociais e salariais	(2.691)	-	(2.691)
Adiantamentos de clientes	(12.316)	-	(12.316)
Outros passivos circulantes e não circulantes	(695)	(410)	(1.105)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(10.722)	(10.722)
Provisões para riscos trabalhistas, tributários e civis	-	(14)	(14)
Ativos líquidos adquiridos	(10.434)	61.276	50.842

5.1.4. Ágio gerado na aquisição

	31/12/2013	
	Controladora	Consolidado
Contrapartida transferida	55.269	55.269
Mais: Participações não controladoras (50%)		
Valor justo dos ativos líquidos	17.616	-
Valor justo dos minoritários	-	36.181
Menos:		
Valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos	(50.842)	(50.842)
Ágio gerado na aquisição	22.043	40.608

Foi gerado ágio na aquisição da BR Educação e de suas controladas, porque o custo da combinação incluiu o montante pago pelo prêmio de controle. Adicionalmente, a contrapartida paga pela combinação efetivamente incluiu valores em relação ao benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados e mão-de-obra. Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

A Administração do Grupo não espera que os ágios originados dessas aquisições sejam dedutíveis para fins fiscais.

5.1.5. Saída de caixa líquida na aquisição da controlada

	31/12/2013	
Contrapartidas pagas em caixa	10.487	
Menos: Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(2.682)	
Desembolso líquido de caixa	7.805	

5.2. Aquisição da Universidade São Judas Tadeu

Em abril de 2014 a controlada MGE assinou contrato de aquisição de 100% das quotas das sociedades Editora Universidade São Judas Tadeu Ltda. e AMC Serviços Educacionais Ltda sendo esta última mantenedora Universidade São Judas Tadeu (USJT), tradicional instituição de ensino situada na capital paulista com cerca de 25 mil alunos, em cursos presenciais de educação superior de graduação e pós graduação. A transação efetivou-se em 1º de julho de 2014, após a aprovação do CADE (Conselho de Administração de Defesa Econômica).

5.2.1. Contrapartidas transferidas

As contrapartidas transferidas totalizaram R\$318.771, pagos da seguinte forma:

(i) O valor de R\$256.000 foi pago na data do fechamento 1º de julho de 2014;

(ii) O valor de R\$62.771 foi pago no dia 16 de setembro de 2014, após a conclusão da auditoria do balanço especial e parcial da AMC Serviços relativos ao período de 1º de janeiro de 2014 até o último dia do mês anterior à data do fechamento. Do total da segunda parcela, uma parte, limitado a R\$56.545, não foi paga diretamente aos vendedores, sendo depositada em uma conta garantida conjunta ("Escrow Account") aberta em nome da compradora, para garantir as contingências.

5.2.2. Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

	Valor de Livros	Ajustes de Aquisição	Valor Justo
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4.623	-	4.623
Outros ativos circulantes	36.804	-	36.804
Outros ativos não circulantes	1.711	-	1.711
Imobilizado	14.265	-	14.265
Intangível	344	109.100	109.444
Passivos			
Outros passivos circulantes	18.892	-	18.892
Provisões para riscos trabalhistas, tributários e civis	3.629	-	3.629
Ativos líquidos adquiridos	35.226	109.100	144.326

5.2.3. Ágio gerado na aquisição

	30/06/2014	
	Valor adquirido	
Contrapartida transferida	318.771	
Menos:		
Valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos	(144.326)	
Goodwill gerado na aquisição	174.445	

Foi gerado ágio na aquisição da USJT e de sua controlada, pois a contra partida paga pelo negócio efetivamente incluiu valores relativos ao benefício das sinergias esperadas, crescimento futuro esperado das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados e mão-de-obra, bem como potenciais benefícios fiscais decorrentes de reestruturação societária. Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do goodwill porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

5.2.4. Saída de caixa líquida na aquisição da controlada

	30/06/2014	
Contrapartidas pagas em caixa	318.771	
Menos: Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(4.623)	
Desembolso líquido de caixa	314.148	

5.2.5. Impacto das aquisições nos resultados do Grupo

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 incluiu receitas e despesas da USJT desde 1º de julho de 2014. Caso esta combinação de negócio tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2014, as receitas consolidadas do Grupo referente às operações continuadas seriam R\$106.696 superiores ao valor apresentado na receita líquida desta consolidação e o lucro do período das operações continuadas seria majorada em R\$ 23.007 (desconsiderando a despesa com a baixa de beneficiária em imóvel de terceiros que ocorreu após para reestruturação das operações para a venda da USJT à GAEC no valor de R\$11.575, ressalvas advindas do parecer das demonstrações financeiras da USJT de 30 de junho de 2014 no valor de R\$6.596 e receita das aplicações financeiras no valor de R\$6.054). A Administração do Grupo considera que esses valores "pro forma" representam uma medida aproximada do desempenho do Grupo combinado em uma base anualizada e servem de ponto de referência para comparação em períodos futuros.

Para apurar as receitas consolidadas e o resultado "pro forma" da USJT e de sua controlada como se tivessem sido adquiridas no início do período atual, a Administração utilizou as Demonstrações Financeiras Individual e Consolidada referente ao período findo em 30 de junho de 2014 da USJT.

6. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

A Administração da Sociedade baseada em sua estratégia de mercado efetuou, em maio de 2013, reestruturação societária onde os imóveis pertencentes à controlada indireta UNA Gestão Patrimonial S.A. ("UNA") e a controlada RNE Gestão Patrimonial S.A. ("RNE"), foram vendidos para os sócios da Sociedade. Posteriormente, houve permuta de imóveis entre as controladas Unimonte e RNE. A reestruturação está demonstrada em etapas, conforme abaixo:

• Etapa 1

Em Assembleia Geral Extraordinária, a controlada indireta UNA, efetuou cisão parcial de seus ativos e passivos através da Constituição de uma nova sociedade empresária, sob a denominação de Santa Antonieta Gestão Patrimonial Ltda. ("Santa Antonieta"). Os imóveis vendidos para esta nova empresa continuaram a ser utilizados pela controlada MGE, e o valor acordado pelo pagamento do aluguel nas mesmas condições pactuadas com a UNA continuará a ser de R\$204 mensais. O valor do imobilizado líquido vendido da companhia foi de R\$33.466.

• Etapa 2

Em Assembleia Geral Extraordinária, a Sociedade decidiu reduzir seu capital em R\$47.490, sem cancelamento das ações. O valor foi quitado na proporção da participação de cada qual no capital social, através da entrega das ações das controladas RNE e Santa Antonieta. O patrimônio líquido entregue aos acionistas foi de R\$25.542 da Santa Antonieta e R\$21.948 da RNE.

• Etapa 3

Em 27 de junho de 2013, em Assembleia Geral Extraordinária, a Sociedade deliberou por fazer permuta, sem taxa, entre alguns imóveis localizados na cidade de Santos, de propriedade da controlada Unimonte, no valor de R\$5.943, com imóveis da RNE no valor de R\$8.714 sendo a diferença contabilizada em conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido no valor líquido de R\$2.771, por tratar-se de transações com acionistas. Esta operação envolveu apenas a transferência de bens entre as empresas, não resultando ganho ou perda para ambas.

Com esta operação ocorreu a saída da empresa RNE do quadro societário da GAEC por meio da entrega de ações pela Sociedade e de créditos que esta possuía frente à controlada MGE, após compensados adiantamentos realizados em 2012 no montante de R\$13.157.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	1.287	1.060	2.318	2.578
Aplicações financeiras	2.017	1.587	13.549	9.624
Total	3.304	2.647	15.867	12.202

As aplicações financeiras são classificadas na categoria de instrumentos financeiros como empréstimos e recebíveis. São representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB), os quais possuem rentabilidade entre 88% a 102% do CDI, variando conforme o prazo de permanência dos recursos em conta e por fundos de investimentos exclusivos para empresas do Grupo Anima, cuja rentabilidade dos últimos doze meses esteve entre 101,96% e 102,71% do CDI, todos de liquidez imediata.

(b) Aplicações financeiras

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Aplicações financeiras	35.185	385.640	119.993	476.487
Total	35.185	385.640	119.993	476.487

As aplicações financeiras são classificadas na categoria de instrumentos financeiros como empréstimos e recebíveis. São representadas por fundos de investimentos exclusivos para empresas do Grupo Anima, cuja rentabilidade dos últimos doze meses esteve entre 101,96% e 102,71% do CDI, todos de liquidez imediata.

8. CONTAS A RECEBER

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Aluguéis, serviços e outros	9.088	4.122	9.088	4.122
Total	9.088	4.122	9.088	4.122

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2014	31/12/2013		
Mensalidades a receber (a)	89.984	50.534		
Benefícios reembolsáveis - FUNDER (b)	822	1.993		
Títulos em cobrança (c)	17.306	2.436		
Fies - Financiamento Estudantil (d)	87.260	47.301		
Pronatec Bolsa-Formação (e)	4.626	184		

Eventos (f)	3.534	2.204		
Aluguéis, serviços e outros	5.856	4.864		
Total	209.388	109.516		

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - FIES (g) (9.071) (4.062)

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Demais contas a receber (h) (43.130) (24.576)

(52.201) (28.638)

Total contas a receber	157.187	80.878		
------------------------	---------	--------	--	--

(-) Ativo circulante 155.597 80.557

Ativo não circulante 1.590 321

As controladas da sociedade adotam como política contábil a baixa dos títulos vencidos acima de dois anos, ainda em aberto nos registros contábeis, embora estas controladas continuem com esforços para seu recebimento.

O saldo de contas a receber está integralmente composto por recebíveis no mercado nacional e o seu valor de realização não difere significativamente do valor justo desses ativos.

O saldo referente a partes relacionadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$9.088 na controladora (R\$4.122 em 31 de dezembro de 2013).

(a) Referem-se a mensalidades emitidas, porém ainda não recebidas, além de acordos firmados com estudantes com referência a mensalidades vencidas, acrescidas de multa de 2% e 2,5% de juros e atualização monetária, e de cobranças judiciais.

(b) O Fundo de Estudos Reembolsáveis - FUNDER é um sistema de crédito educativo próprio da controlada UNA Gestão Patrimonial S.A. que busca viabilizar a formação acadêmica do aluno impossibilitado de cursar integralmente seu curso superior, opções estas disponíveis para graduação bacharelado, licenciatura e tecnológico. Tal programa possibilita acesso à educação superior de qualidade ao aluno com recursos financeiros limitados. Este programa não é mais oferecido para novos ingressantes desde 2007.

O financiamento era realizado sobre o percentual de dez a quarenta por cento do valor da mensalidade com a condição, como garantia, de dois avalistas possuidores de imóvel, com renda mensal equivalente ao dobro da mensalidade.

A receita relativa à mensalidade integral foi reconhecida no momento da prestação do serviço, sendo que o percentual não financiado foi registrado como mensalidades a receber e a diferença financiada contabilizada como benefícios reembolsáveis - FUNDER. A realização deste saldo está ocorrendo após a conclusão do curso, sendo o saldo devedor remunerado à taxa de juros acordada em contrato sendo de 1% ao mês, acrescido de correção monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A classificação em circulante e não circulante reflete a expectativa destes recebimentos nas datas dos balanços.

(c) Referem-se a mensalidades renegotiadas, acrescidas de juros e atualização monetária, pelos índices contratuais, registrados pelo regime de competência. Tais renegotiações ocorrem, principalmente, por meio de cheques pré-datados e cartões de crédito, e no caso da controlada USJT, por meio de boletos. Nesta conta, figuram também cheques devolvidos que são enviados para empresa de cobrança terceirizada.

Transformar o País pela Educação



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Antecipação de IRPJ (a)	1.234	-	3.169	2.120
Antecipação de CSLL (a)	447	-	1.114	1.583
IRRF (b)	5.028	481	10.495	2.712
PIS/COFINS/CSLL	189	125	2.411	2.512
ISS	-	3	352	371
INSS A RECUPERAR	-	5	402	437
Outros	-	-	5	6
Total	6.898	614	17.548	9.741
Ativo circulante	6.898	-	13.054	4.315
Ativo não circulante	-	614	4.494	5.426

(a) Refere-se principalmente a antecipação de imposto de renda e contribuição social calculado com base no lucro real da sociedade e suas controladas MGE, IMEC, Unimonte, USJT e HSM Brasil; a controlada UNA possui valores a compensar relativos às antecipações de imposto de renda e contribuição social dos exercícios de 2000 e 2001 que foram incluídos no parcelamento do REFIS IV (Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09) que foi quitado e para o qual um pedido de restituição foi protocolado junto a RFB (Receita Federal do Brasil). A atualização está sendo realizada pela taxa de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

(b) Refere-se principalmente a Imposto de Renda retidos sobre as aplicações financeiras.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

11.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo - A Sociedade e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa, no montante de R\$ 24.859 (R\$50.715 em 31 de dezembro de 2013) na controladora e R\$97.117 (R\$184.059 em 31 de dezembro de 2013) no consolidado, não sujeitos a prazo prescricional, para os quais não foram constituídos impostos diferidos ativos. Adotamos a constituição dos ativos diferidos somente quando temos segurança razoável da realização destes créditos devido a principal atividade operacional ser incentivada. Neste exercício o montante de R\$22.800 de ativos foi constituído e posteriormente utilizado para a quitação de parcelamentos (vide nota explicativa nº 20).

Passivo - O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos refere-se a:

(i) Impostos e contribuições relativos à diferença entre o valor contábil reavaliado dos imóveis reavaliados em 2007 e da apropriação de mais valia do ativo em combinação de negócio realizada em 2009, e sua correspondente base fiscal pelo valor original, o que se constitui uma diferença temporária e dá origem a uma obrigação fiscal diferida a ser realizada proporcionalmente à realização dos respectivos bens.

(ii) Impostos e contribuições relativos à diferença entre o valor contábil e o valor justo dos intangíveis alocados na combinação de negócios na aquisição das HSM's, que dá origem a uma obrigação fiscal diferida a ser realizada na alienação do negócio.

A movimentação dos saldos passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi como segue:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		Saldo final 31/12/2014
	Saldo inicial 31/12/2013	Movimentação Efeto no Resultado	
Imposto de renda	11.411	(81)	11.330
Contribuição social	4.111	(3)	4.080
Total	15.522	(112)	15.410

11.2. Conciliação da taxa efetiva

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro (prejuízo) antes de IR e CS	155.794	38.360	138.064	31.918
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
IR e CS pela alíquota fiscal combinada	(52.970)	(13.042)	(46.942)	(10.852)

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		Saldo final 31/12/2014
	Saldo inicial 31/12/2013	Movimentação Efeto no Resultado	
Ajustes ao resultado:			
Equivalência patrimonial	52.952	19.034	-
Contingência	512	(231)	2.708 (1.212)
Incentivo fiscal em controlada sujeita ao benefício PROUNI (a)	-	-	49.656 26.459
Concessão de ações a funcionários (RTT)	755	11.148	755 11.162
Créditos tributários do exercício não constituídos	(621)	(11.367)	(5.227) (17.792)
Créditos tributários constituídos de exercícios anteriores (b)	9.103	-	22.800
Compensação prejuízo fiscal/base negativa	-	-	1
Outras adições e exclusões	(628)	(5.542)	(2.721) (5.663)
Imposto de renda e contribuição social calculado	9.103	-	21.030 2.102
IR e CS corrente no resultado do exercício	-	-	(1.882) 40
IR e CS diferido no resultado do exercício	9.103	-	22.800
Ativo diferido	-	-	112 2.062
Passivo diferido	-	-	112 2.062
Alíquota efetiva de IR e CS	(5,84%)	-	(15,23%) (6,59%)

(a) Estes valores correspondem à isenção do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido em virtude das controladas MGE, IMEC, Unimonte e USJT terem aderido ao PROUNI. Veja mais detalhes na nota explicativa nº 25.

(b) A Sociedade e suas controladas UNA e Unimonte, constituíram créditos tributários diferidos sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL que foram utilizados para quitação do saldo de parcelamentos existentes junto a União. Veja mais detalhes na nota explicativa nº 20.

12. INVESTIMENTOS

Os investimentos nas sociedades controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora (BR GAAP)			Controladora (BR GAAP)		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2013
Ativo:						
IMEC	48.476	71.816	100%	21.500	35.570	100%
MGE	378.403	77.177	100%	44.024	31.478	100%
BR Educação Executiva	42.283	(6.719)	100%	19.394	(4.280)	100%
Unimonte	33.010	13.464	100%	335	(5.767)	100%
RNE	-	-	-	-	(1.020)	100%
PGP	-	-	99,99%	-	-	100%
VC Network	65	4	100%	61	-	100%
Valor justo alocado	52.352	-	-	34.784	-	-
Goodwill	45.326	-	-	51.868	-	-
Obrigações por aquisição de controladas (a)	-	-	-	40.000	-	-
Subtotal	599.916	155.742	-	211.966	55.981	-
Outros investimentos	-	-	-	10	-	-
Total	599.916	155.742	-	211.976	55.981	-

(a) Em 04 de fevereiro de 2013, a GAEC outorgou à RBS Participações S.A. e RBS Mídia, Digital e Participações S.A., opção para que estas, a seu exclusivo critério, vendessem à Ânima a totalidade das ações detidas por ela nas sociedades HSM Educação S.A. e HSM do Brasil S.A. das quais detinham 50% de participação. Tal opção poderia ser exercida pelo preço de R\$40.000 corrigido pela variação do IGPM desde 4 de fevereiro de 2013 até fevereiro de 2028, sem redução decorrente de endividamento ou contingências das sociedades e sem majoração por tributos incidentes. O valor acordado poderia ser pago em até 12 parcelas mensais se garantido por hipoteca ou fiança bancária.

A opção descrita, no valor de R\$6.690, compôs o valor pago pela Sociedade por sua participação na BR Educação e nas investidas indiretas HSM Educação S.A. e HSM do Brasil S.A. e pelo controle exercido sobre as mesmas. Tal opção foi precificada com base em informações disponíveis em mercado, com utilização de uma simulação com o modelo Binomial para opções americanas, em 180 passos e um teste de aderência com aproximação quadrática fundamentada em técnicas computacionais para opções americanas, (Barone-Adesi and Whaley) e direcionados em um apreamento de PUT, em decorrência da PUT prever uma antecipação de exercício.

Em 17 de dezembro de 2014 as sócias RBS Mídia, Digital e Participações S.A e RBS Participações S.A, exerceram seu direito da opção de venda das referidas participações, assinando nesta data Instrumento Particular de Compra e Venda de Participação Acionária, onde a controlada BR Educação adquiriu a totalidade das ações da HSM Brasil e HSM Educação, pelo valor de R\$ 39.213, liquidados à vista em 19 de dezembro de 2014.

A movimentação dos investimentos em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é apresentada como segue:

	Controladora (BR GAAP)						Obrigações por aquisição	Outros	Valor justo alocado	Ágio	Total
	IMEC	MGE	VC Network	Unimonte	RNE	BR Educação					
Saldo final em 31 de dezembro de 2012	11.091	48.130	-	-	8.810	-	-	7	24.380	29.825	81.568
Obrigações por aquisição de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	40.000	-	40.000
Aquisição de participação	-	-	-	-	-	-	-	-	22.822	22.043	55.269
Resultado de equivalência patrimonial	35.570	31.478	-	(5.767)	(1.020)	(4.280)	-	-	-	-	55.981
Realização de lucros não realizados	-	(25.542)	-	-	7.660	(229)	-	3	-	-	7.434
Aumento (redução) de capital	-	-	-	-	34.840	(7.561)	-	-	-	-	27.279
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	-	-	2.771	-	-	-	-	-	2.771
Reserva de capital	3.151	13.198	-	-	1.567	-	-	4	-	-	17.920
Distribuição de dividendos	(28.312)	(23.240)	-	-	-	-	-	-	-	-	(51.552)
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	21.500	44.024	61	335	-	19.394	40.000	10	34.784	51.868	211.976
Aquisição de participação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Aumento de capital	949	317.230	-	19.208	-	-	-	-	-	-	389.362
Resultado de equivalência patrimonial	71.816	77.177	4	13.464	-	-	-	-	-	-	155.742
Reserva de capital	11	48	-	3	-	-	-	-	-	-	73
Baixa de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10)
Ágio em transação de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	10.340	-	(12.038)
Baixa obrigação por aquisição de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	(39.213)	(787)	(39.213)
Realocação de ágio e valor justo	-	-	-	-	-	-	-	-	7.329	(6.542)	(101)
Amortização Ágio	-	-	-	-	-	-	-	-	(101)	-	(101)
Distribuição de dividendos	(45.800)	(60.076)	-	-	-	-	-	-	-	-	(105.876)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	48.476	378.403	65	33.010	-	42.283	-	10	52.352	45.326	599.916

13. IMOBILIZADO

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Benefeitorias em imóveis de terceiros	10%	777	(134)	643
Instalações	10%	36	(5)	31
Máquinas e equipamentos	10%	268	(66)	202
Móveis e utensílios	10%	655	(170)	485
Computadores e periféricos	20%	1.891	(960)	931
Veículos	20%	63	(35)	28
Equipamentos de audiovisual	20%	298	(107)	191
Imobilizado em andamento	-	302	-	302
Total	4.290	(1.477)	2.813	2.204

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		Saldo líquido em 31/12/2013
	Saldo líquido em 31/12/2012	Adições	
Terrenos	13.110	-	13.110
Edificações	14.154	(1.333)	12.821
Benefeitorias em imóveis de terceiros	52.383	(12.891)	39.492
Instalações	10.175	(6.075)	4.100
Máquinas e equipamentos	38.895	(23.277)	15.618
Móveis e utensílios	31.225	(19.500)	11.725
Computadores e periféricos	28.421	(19.602)	8.819
Veículos	248	(211)	37

Informações sobre as controladas diretas

Minas Gerais Educação S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, que tem por objetivo a administração de instituições de terceiro e quarto grau, educação profissional, podendo dedicar-se, ainda, às atividades de treinamento, pesquisas, consultorias e assessorias a empresas públicas e privadas, realizar cursos de extensão, treinamento, cursos à distância, bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive, ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo à cultura.

Instituto Mineiro de Educação e Cultura - Uni-BH S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, que tem por objeto criar e manter estabelecimento de ensino em nível superior, incluindo cursos livres, de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos à distância, bem como a realização de pesquisa, seminários, palestras e eventos culturais visando atingir um elevado grau cultural e educacional em todo o seu território de atuação.

Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Santos, estado de São Paulo, que tem como objeto social a administração de atividades de instituição de ensino de terceiros e quarto grau, educação profissional, podendo dedicar-se, ainda, às atividades de treinamento, pesquisa, consultoria e assessoria a empresas públicas e privadas, realizar cursos de extensão, treinamento, cursos à distância, bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive, ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo à cultura.

VC Network Educação S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, que tem como objetivo a administração de atividades de instituições de terceiro e quarto grau, educação profissional, podendo dedicar-se, ainda, às atividades públicas e privadas, realizar cursos de extensão, treinamentos, cursos à distância bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive, ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo à cultura e no momento não tem atividades, estando pronta para assumir nova operação que venha a ser adquirida.

BR Educação Executiva S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo que tem como objetivo a administração de instituições de ensino e auxílio às atividades de apoio à educação.

Posse Gestão Patrimonial S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, que tem como objetivo a administração de atividades de instituições de terceiro e quarto grau, educação profissional, cursos de extensão, treinamentos, cursos preparatórios, cursos a distância, filmagem e edição de conteúdos, e também a participação em outras entidades. No momento não tem atividades, estando pronta para assumir nova operação que venha a adquirir.

Informações sobre as controladas indiretas:

UNA Gestão Patrimonial S.A. - Subsidiária integral da controlada MGE, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, tem como objetivo a administração de bens ou ativos que lhe pertencam. Esta investida foi objeto de reorganização societária em maio de 2013, quando efetuou cisão parcial de seus ativos e passivos através da Constituição de uma nova sociedade empresária, sob a denominação de Santa Antonieta Gestão Patrimonial Ltda. ("Santa Antonieta"), que passou a ser a proprietária de um campus utilizado pela MGE. A Santa Antonieta não pertence à Sociedade, sendo uma parte relacionada que passou a alugar, a valor de mercado, o imóvel recebido.

HSM do Brasil S.A. - Sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo cujo objetivo é a edição e impressão de livros, a distribuição de vídeo e de programas de televisão e serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas.

HSM Educação S.A. - Sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo que tem como objetivo ofertar cursos de educação superior (extensão e pós-graduação) além de dar consultorias em gestão empresarial.

HSM Marcas Ltda. - Sociedade com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo que visa a gestão de ativos intangíveis não-financeiros, a distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão, além de prestar serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas e cursos de educação superior (graduação e pós-graduação).

HSM Editora S.A. - Sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo cujo objetivo é a edição de livros, o comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações e serviços de informação na internet como portais, provedores de conteúdo e outros.

AMC Serviços Educacionais Ltda. - Sociedade com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, que tem por objetivo a administração de atividades de terceiros e quarto grau, educação profissional, atividades de treinamento, pesquisa, consultorias e assessorias, cursos de extensão, cursos à distância bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural.

Editora Universidade São Judas Tadeu Ltda. - Sociedade com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, que tem por objetivo a edição, editoração, produção e a comercialização de livros, revistas, periódicos, vídeos, filmes, programas de TV e materiais escolares em geral; montagem e elaboração de cursos técnicos, realização de simpósios, congressos e eventos, bem como a participação em outras sociedades.

	Quantidade de ações possuídas 31/12/2014		Quantidade de ações totais 31/12/2013	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Controladas diretas:				
IMEC	5.768.479	5.768.479	5.768.479	5.768.479
MGE	3.618.199	2.464.054	3.618.199	2.464.054
VC Network	4.023.145	4.023.145	4.023.145	4.023.145
Unimonte	77.140.323	63.842.376	77.140.323	63.842.376
BR Educação	117.500.000	62.500.000	117.500.000	62.500.000
PGP	255.774	-	255.784	-
Controladas indiretas:				
Una Gestão Patrimonial	32.564	25.134	32.564	25.134
HSM Brasil	2.404.860	989.930	2.404.860	1.979.860
HSM Educação	214.292	103.282	214.292	206.564
HSM Marcas	5.119.134	2.559.567	5.119.134	5.119.134
HSM Editora	26.708.247	13.354.124	26.708.247	26.708.247
USJT	112.228	-	112.228	-
Editoria USJT	280.000	-	280.000</	

Transformar o País pela Educação



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	IMEC (a)	HSM	Outras	Total
Intangíveis amortizáveis:				
Carteira de Clientes	-	23	2.910	2.933
Mailing List	-	342	-	342
Total	-	365	2.910	3.275
Intangíveis não amortizáveis:				
Marcas e Patentes	24.380	58.997	2.800	86.177
Goodwill	29.825	40.496	2	70.323
Total	54.205	99.493	2.802	156.500
Total Geral	54.205	99.858	5.712	159.775

(a) Refere-se à diferença entre o valor da consideração entregue da compra do Uni-BH (R\$61.376), o qual foi reduzido pelo ajuste dos títulos a pagar de longo prazo no montante de R\$3.366, e o montante líquido atribuído ao acervo contábil adquirido (R\$1.437), em decorrência da manutenção da manutenção do Uni-BH, conforme promessa de cessão de direitos firmado em fevereiro de 2009. Os valores foram apurados como segue:

- * Carteira de clientes: obtidos mediante os saldos das projeções do Fluxo de Caixa Descontado, para triênio 2010 a 2012.
- * Rentabilidade futura: obtidas mediante a relação estabelecida entre a média VF/alunos matriculados decorrentes das transações de empresas brasileiras de educação superior, multiplicada pela quantidade de alunos do Uni-BH na data da operação.
- * Marcas: Para a avaliação do direito de uso da marca foi utilizada a abordagem da renda ("Income approach") e do método dos royalties evitados ("Relief from royalties"), devido à possibilidade de se calcular o valor dos royalties que seriam pagos teoricamente em um aluguel dessa marca.

14.2. Alocação de intangíveis não amortizáveis às Unidades Geradoras de Caixa

O goodwill, licenças, marcas e patentes foram alocados, para fins de teste de redução ao valor recuperável, às Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), identificadas de acordo com o seguimento operacional, conforme detalhado abaixo:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013
Educação	286.052	57.008
Vertical de gestão	100.369	99.493
	386.421	156.501

Em 31 de dezembro de 2014, goodwill, licenças, marcas e patentes foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável ("impairment") e não foi identificada necessidade de ajustes aos valores.

A metodologia utilizada na avaliação foi a do fluxo de caixa descontado (rentabilidade futura), determinando as UGCs pela Sociedade, para avaliar a recuperação dos ágios, que correspondem a cada uma das unidades. O cálculo considera cinco anos de projeção de fluxo explícito, adicionando um valor de perpetuidade com crescimento de 3% ao ano. A taxa média de desconto considerada para os testes de impairment foi de 15% ao ano (Selic e inflação projetada).

15. FORNECEDORES

Composto substancialmente por alugueis, fornecedores de informática, serviços, materiais de consumo e obras de infraestrutura. O saldo em aberto na controladora e consolidado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é, respectivamente, de R\$2.044 (R\$2.467 em 31 de dezembro de 2013) e R\$16.557 (R\$18.731 em 31 de dezembro de 2013).

Em 31 de dezembro de 2014 os valores com partes relacionadas na controladora é de R\$726 e no consolidado é de R\$409. Não havia saldo em aberto com partes relacionadas na controladora e consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora (BR GAAP)					
	31/12/2014		31/12/2013			
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
H5BC - Capital de giro	4.316	9.710	14.026	4.303	13.985	18.288
Santander - Capital de giro	3.957	29.350	33.307	2.083	30.059	32.142
Caixa Geral - Capital de giro	2.504	5.634	8.138	1.878	8.139	10.017
Outros empréstimos	34	-	34	34	-	34
Total	10.811	44.694	55.505	8.298	52.183	60.481

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	31/12/2014		31/12/2013			
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Banco do Brasil - Capital de giro	4.981	22.416	27.397	2.738	27.381	30.119
H5BC - Capital de giro	12.034	31.774	43.808	12.673	43.723	56.396
Santander - Capital de giro	3.957	29.350	33.307	2.083	30.059	32.142
Itaú - Capital de giro	4.626	10.880	15.506	5.138	15.414	20.552
Caixa Geral - Capital de giro	2.504	5.634	8.138	1.878	8.139	10.017
Outros empréstimos	386	476	862	325	183	508
Total	28.488	100.530	129.018	24.835	124.899	149.734

As principais condições estabelecidas em contrato foram como segue:

	Controladora (BR GAAP)				
	Garantias	Taxa média de juros (anual)	Indexador	Data de início	Data de término
Capital de giro	40% dos recebíveis de alunos	2,00% a 2,20%	CDI (*)	22/10/2010	29/05/2023

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
	Garantias	Taxa média de juros (anual)	Indexador	Data de início	Data de término
Capital de giro	20% a 40% dos recebíveis de alunos	1,80% a 2,80%	CDI (*)	22/10/2010	29/05/2023
FINAME	100% dos bens adquiridos com o financiamento	3,50% a 5,50%	-	23/03/2011	15/12/2023

(*) Variação do Certificado de Depósito Interbancário.

Os empréstimos e financiamentos referem-se, basicamente, a capital de giro utilizado para financiar as operações da Sociedade e de suas controladas. Em garantia foram oferecidas as mensalidades a receber e aval cruzado entre as empresas do grupo.

A Sociedade e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants"), em 31 de dezembro de 2014, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Liquidez corrente (i)	≥ 1,0
Divida financeira líquida/EBITDA (ii)	≤ 2,5 a 5, 2,75
EBITDA/Despesa financeira líquida (iii)	≥ 1,3

(i) Liquidez corrente = Ativo circulante menos passivo circulante.

(ii) Divida financeira líquida = Somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos menos saldo de caixa e equivalente de caixa.

(iii) EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Sociedade e suas controladas atenderam todas as cláusulas restritivas mencionadas acima.

Os montantes registrados no passivo não circulante para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	Cronograma de pagamento	Valor nominal	Cronograma de pagamento	Valor nominal
2016	10.777	13.835	30.509	39.280
2017	10.777	13.447	30.388	36.297
2018	5.662	8.193	15.956	17.705
Após 2019	17.478	36.529	23.677	42.504
Total	44.694	72.004	100.530	135.886

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	Cronograma de pagamento	Valor nominal	Cronograma de pagamento	Valor nominal
2015	10.379	13.843	30.034	40.708
2016	10.379	13.448	30.023	38.079
2017	10.379	13.063	30.002	35.422
Após 2017	21.046	40.420	34.840	55.510
Total	52.183	80.774	124.899	169.719

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E SALÁRIOS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Salários	1.378	1.133	15.870	8.746
Provisão de férias	2.545	1.876	16.688	12.150
INSS	475	362	7.291	3.814
FGTS	147	114	2.226	1.185
Remuneração variável	4.063	735	4.708	1.390
Outros	3	4	109	71
Total	8.611	4.224	46.892	27.356

As despesas de salários e encargos estão registradas no resultado do período nas rubricas "custo dos serviços prestados" e "despesas gerais e administrativas", de acordo com a alocação do empregado.

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
CSLL	-	-	54	3.453
IRRF	626	466	7.771	1.099
ISS	12	25	1.608	497
PIS e COFINS	65	74	475	270
Outros	28	6	204	270
Total	729	571	10.112	5.319

19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013
Faturamento antecipado de clientes (a)	4.024	2.771
Adiantamentos de alunos (b)	13.352	10.725
Projetos de Pesquisa (c)	6.185	4.200
Assinantes para entrega futura (d)	1.759	1.532
Recibos de publicidade	855	480
Outros	23	282
Total	26.198	19.990

(-) Passivo Circulante 26.197 19.915

(a) Referem-se a recebimentos antecipados de serviços ligados a organização de feiras, congressos e exposições a serem prestados posteriormente ao recebimento. Para esta modalidade as receitas são

reconhecidas no momento em que os serviços são prestados.

(b) Referem-se a matrículas e mensalidades de calouros e veteranos recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas ao resultado de acordo com o regime de competência e ao crédito Pravalier, um financiamento educacional feito entre os alunos e a empresa financeira Ideal Invest S.A., na modalidade em que o aluno alonga o prazo de pagamento para o dobro do normal reduzindo o valor da parcela mensal. O contrato do crédito é renovado semestralmente entre a Ideal Invest S.A. e o aluno, este perde o vínculo financeiro com a instituição e passa a ter apenas o vínculo com o Pravalier. Sempre que é efetuada uma adesão do serviço ou uma renovação do crédito, o Pravalier faz o repasse antecipado de 90% do valor financiado no semestre do aluno para as controladas MGE, IMEC, Unimonte e USJT, que registram esses recebimentos por regime de competência de acordo com a prestação de serviço.

Os recebimentos por conta de matrículas e/ou mensalidades do ano ou semestre letivo são apropriados à receita na medida em que os serviços são prestados.

(c) Referem-se a adiantamentos para projetos de pesquisas realizados na MGE, Unimonte e IMEC, possuindo a seguinte composição:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013
FAPEMIG	3.187	3.109
FENEX	2.452	620
Embaixada Britânica	405	328
PECTROCOQUE	91	91
Settapor	50	50
Direitos Humanos	-	2
Total Geral	6.185	4.200

Estes adiantamentos referem-se a recursos provenientes de convênios firmados com empresas governamentais para cobertura dos custos na execução dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e capacitação científica e tecnológica. Esses adiantamentos são reconhecidos à medida que esses projetos são incorridos.

(d) Refere-se à venda de assinaturas anuais de revistas, jornais e outras publicações para entrega futura. Como os itens envolvidos possuem valores semelhantes ao longo do tempo, as receitas são reconhecidas linearmente ao longo do período em que os itens são despachados ao destinatário nas datas pré-estabelecidas.

20. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013
REFIS IV (a)	-	2.521
IES - INSS (b)	-	4.525
IES - SRF (b)	-	18.852
FGTS (c)	3.113	3.772
ISS	117	187
Total	3.230	29.857

Passivo circulante 85 1.647

Passivo não circulante 3.145 28.210

(a) REFIS IV - instituído pela Lei nº 11.941/09 e englobou o parcelamento de débitos tributários juntos ao INSS e RFB, atualizados pela SELIC, os quais poderiam ser pagos em até 180 meses. Em junho de 2014 a lei nº 12.996/2014 reabriu o prazo previsto pela Lei nº 11.941/2009 para inserir os débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013. A sociedade e suas controladas MGE, IMEC e UNA incluíram nesta reabertura débitos tributários no montante de R\$4.521 (R\$1.179 na controladora) vencidos até a data estipulada e que não haviam sofrido autuação, mas que a administração da Sociedade e suas controladas optaram conservadoramente em parcelar.

(b) Parcelamento IES - A Lei nº 10.260/01, alterada pela Lei 11.552/07, instituiu o parcelamento IES para as mantenedoras de instituições de ensino superior que aderissem ao PROUNI, relativos aos tributos administrados pela RFB, com vencimentos até 31 de dezembro de 2006, atualizado pela SELIC. A controladora UNIMONTE aderiu a esse parcelamento.

A Sociedade e suas controladas MGE, IMEC, UNA e Unimonte, em novembro de 2014, optaram por quitar os parcelamentos citados acima, nos termos do art. 33 da MP 651/2014, onde permitiu a quitação de 70% dos saldos parcelados junto à União com Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL acumulados e declarados até 31 de dezembro de 2013 próprios ou de empresas do mesmo grupo econômico, recolhendo 30% do saldo da dívida em espécie. Os ganhos decorrentes dessa quitação estão refletidos na conta de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado da Sociedade.

As controladas UNA e Unimonte utilizaram créditos tributários próprios e de sua controladora, já as controladas MGE e IMEC utilizaram créditos tributários de sua controladora por não terem Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL.

(c) Parcelamento FGTS - Em 31 de dezembro de 2005, a controlada Unimonte negociou débitos atrasados de FGTS, com prazo de 130 meses, a serem pagos em parcelas mensais e consecutivas atualizadas com base na Taxa Referencial - TR, acrescida do percentual de 3% ao ano. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2009, a controlada IMEC assumiu a dívida de parcelamento do FGTS da antiga mantenedora do Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH, a Fundação Cultural de Belo Horizonte, junto à Caixa Econômica Federal. O valor da dívida foi renegociado com prazo de 180 meses, cujo saldo é mensalmente atualizado pela taxa de juros remuneratórios de 3% ao ano + TR. Obedecendo às regras deste parcelamento, as importâncias pagas relativas a empregados que tenham rescindido ou extinto seu contrato de trabalho são consideradas como recolhimentos antecipados e totalmente deduzidas das parcelas imediatamente seguintes à última parcela liquidada no cronograma.

O cronograma de pagamento do montante registrado no passivo não circulante é como segue:

	Cronograma de pagamento	
	31/12/2014	31/12/2013
2015	-	8.913
2016	1.236	7.826
Após 2016	1.909	11.471
Total	3.145	28.210

21. TÍTULOS A PAGAR

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Obrigações por compra de investimento (a)	-	42.024	-	42.024
Instrumento financeiro - Opção de venda (a)	-	1.500	-	1.500
Aquisição de ações da MGE	-	2.990	-	2.990
Aquisição de ações da BR Educação (b)	5.846	10.698	5.846	10.698
Aquisição de ações da UNIPAC Betim (c)	-	183	-	1.278
Outros	-	-	-	275
(-) Ajuste a valor presente	(5.846)	(97.117)	(6.029)	(58.676)
Total	5.846	57.117	6.029	58.676
Passivo circulante	5.846	8.244	6.029	9.614
Passivo não circulante	-	48.873	-	49.062

(a) Em 17 de dezembro de 2014 os sócios não controladores da HSM Brasil e HSM Educação, exerceram seu direito da opção de venda das referidas participações, pelo valor de R\$ 39.314. Para mais detalhes vide nota explicativa nº 12.

(b) Referem-se à aquisição das ações da BR Educação, sendo que R\$5.000 foram pagos em fevereiro de 2014 e R\$5.000 serão pagos em fevereiro de 2015. Os valores mencionados são corrigidos monetariamente a partir da data do fechamento até a data do efetivo pagamento, de acordo com a variação do CDI.

(c) Referem-se à aquisição da Manutenção da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Betim (UNIPAC Betim). Esta manutenção foi adquirida em 06 de fevereiro de 2013 pelo valor de R\$4.190, sendo que R\$2.190 serão pagos até 15/02/2015 em 24 parcelas mensais corrigidas pelo IGP-MFGV.

22. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Sociedade e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis.

A Administração acompanha o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus assessores legais (internos e externos) e políticas internas, para todos aqueles processos nos quais a probabilidade de perda é avaliada como provável, é constituída provisão para riscos, incluindo principal e encargos. Esta provisão é considerada pela Administração como suficiente para cobrir prováveis perdas.

	Depósitos judiciais			
	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/		

Transformar o País pela Educação



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

apresenta o valor de R\$158.068 na rubrica "Reserva de retenção de lucros".

(f) Dividendos

Conforme o Estatuto Social da Sociedade é garantido aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, diminuídos da reserva legal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a título de dividendos mínimos obrigatórios a Sociedade registrou o montante de R\$39.181, a serem confirmados por deliberação pela Assembleia Geral de Acionistas.

(g) Lucro por ação

Com base na IAS 33 (equivalente ao CPC 41), a Sociedade deve calcular o valor do resultado básico por ação para o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Sociedade e, se apresentado, o lucro ou prejuízo resultante das operações continuadas atribuíveis a esses titulares de ações ordinárias.

(i) Lucro básico por ação:

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes no fim do exercício, excluindo as ações adquiridas pela Sociedade e mantidas como ações em tesouraria, se houver.

Controladora BR GAAP		Consolidado BR GAAP	
31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro do período	164.897	38.360	159.094
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	82.866	1.742	82.866
Efeito decorrente de "Split" das ações (*)	-	56.694	-
Lucro básico por ação ordinária - R\$	1.99	0.66	1.92
		0.58	

(*) Refere-se ao desmembramento das ações da Sociedade conforme o CPC 41 parágrafo 64 que requer a divulgação do lucro por ação já considerando o novo número de ações.

(ii) Lucro diluído por ação:

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Sociedade tinha apenas instrumento com efeito diluidor, sendo ele o direito que a RBS possuía de realizar a troca de ações das empresas HSM por ações da GAEC. Para essas opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o valor justo da Sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculada conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

Controladora BR GAAP		Consolidado BR GAAP	
31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro atribuível aos acionistas da Sociedade	164.897	38.360	159.094
Quantidade média ponderada de ações emitidas	82.866	1.742	82.866
Efeito decorrente de "split" das ações (*)	-	56.694	-
Média ponderada do número de ações (em milhares) - diluído (i) / (ii)	1.595	66	1.595
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	84.461	58.436	84.461
Lucro diluído por ação - R\$	1.95	0.66	1.88
		0.58	

(*) Refere-se ao desmembramento das ações da Sociedade conforme o CPC 41 parágrafo 64 que requer a divulgação do lucro por ação já considerando o novo número de ações.

(i) Refere-se ao efeito dilutivo potencial das ações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

(ii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não ocorreram alterações relevantes nos cenários que afetassem o valor justo da Sociedade e de suas controladas. Porém, o efeito antídilutivo pode variar no futuro em função de alterações no valor justo das Sociedades.

24. PARTICIPAÇÕES NÃO CONTROLADORAS

Consolidado (IFRS e BR GAAP)		31/12/2014		31/12/2013	
Saldo Inicial	(6.246)	-	-	-	-
Participações não controladoras adicionais decorrentes da aquisição da BR Educação e suas controladas	33.754	(40.000)	-	-	-
Obrigações a pagar decorrentes da aquisição da BR Educação	11	(4.000)	-	-	-
Remuneração baseada em ações	(5.803)	-	-	-	-
Resultado da participação dos acionistas não controladores	12.038	-	-	-	-
Aquisição de ações dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-
Saldo final	(6.246)	-	-	-	-

25. PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS - PROUNI

O Programa tem como foco a concessão de bolsas de estudos a estudantes, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até três salários-mínimos, em cursos de graduação.

Assim, mediante a assinatura do termo de adesão e em cumprimento ao disposto na Lei no 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e no Decreto no 5.493, de 18 de julho de 2005, as controladas MGE, IMEC e Unimonte passaram a oferecer bolsas integrais e parciais de acordo com os critérios de seleção estabelecidos pela legislação do PROUNI, beneficiando-se das isenções fiscais do imposto de renda, contribuição social, COFINS e PIS, conforme artigo 8º da Lei no 11.096/2005, citada acima. Esta isenção refere-se somente ao lucro e receita decorrentes da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação. Esta isenção é renovada semestralmente através da assinatura digital de termo de adesão junto ao MEC.

O número de bolsas oferecidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 está de acordo com as regras do PROUNI relacionadas ao mínimo de alunos por vaga, conforme determinado pela Lei no 12.431, de 24 de junho de 2011.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os valores de descontos do PROUNI registrados na rubrica "Descontos em mensalidades" foram de R\$95.702 e R\$40.742, respectivamente.

26. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício:

Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita bruta de serviços prestados	2.924	2.437	607.956
Receita FIES (líquida dos descontos)	-	-	298.401
Descontos em mensalidades	(253)	(177)	(194.546)
Impostos sobre faturamento (a)	2.671	2.260	693.506
Receita líquida	2.671	2.260	461.292

(a) Refere-se aos impostos Pis, Cofins, ISS e INSS incidentes sobre faturamento.

Os descontos em mensalidade são compostos principalmente por descontos concedidos pelas controladas MGE, IMEC, Unimonte e USJT, conforme abaixo demonstrado:

Consolidado (IFRS e BR GAAP)		31/12/2014		31/12/2013	
Gratuidade PROUNI	95.702	40.742	-	-	-
Concedidos pela instituição	38.274	28.242	-	-	-
Programa Educa+	3.168	5.995	-	-	-
Pós-graduação	8.923	6.192	-	-	-
Convênios com empresas	4.369	5.962	-	-	-
Bolsa de estudos	29.838	1.820	-	-	-
Descontos e abatimentos	2.431	6.477	-	-	-
Outros	11.841	9.733	-	-	-
Total	194.546	105.133	-	-	-

27. RECEITAS E (DESPESAS) POR NATUREZA

Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Propaganda e publicidade	(448)	(77)	(24.605)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 8)	-	-	(18.733)
Impostos e taxas	(284)	(93)	(2.229)
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa nº 22)	(153)	(697)	(11.602)
Outras receitas operacionais	7.460	6.091	(11.210)
Receitas com aluguel de salas e lojas	-	-	2.585
Despesas com pessoal	(15.248)	(2.902)	(344.918)
Ações concedidas por sócios	-	(9.587)	(29.177)
Bônus	-	(6.642)	(6.642)
Despesas com serviços de terceiros	(3.718)	(28)	(44.520)
Despesas com aluguel e ocupação	(456)	(12)	(54.088)
Despesas com depreciação (nota explicativa nº 13)	(551)	(366)	(13.568)
Despesas com amortização (nota explicativa nº 14)	(1.253)	(553)	(3.040)
Manutenção	(49)	(108)	(5.771)
Deslocamentos	(1.224)	(244)	(5.779)
Outras despesas	(389)	(234)	(34.595)
Total	(16.313)	(15.452)	(571.944)

Classificadas como: Despesas comerciais (448) (77) (43.338) (27.462) Despesas gerais e administrativas (1.660) (16.815) (157.524) (135.036) Outras (despesas) receitas operacionais 7.022 5.301 (38) (2.994)

O montante registrado em serviços de terceiros refere-se substancialmente a: consultoria, tecnologia da informação, segurança patrimonial e mão de obra terceirizada.

O montante registrado em despesas com pessoal inclui salários e encargos previdenciários.

Os valores de materiais, energia, serviços de terceiros e outros, conforme apresentado na Demonstração do Valor Adicionado, estão acima apresentados nas contas: serviços de terceiros, manutenção, deslocamentos e outras.

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

De acordo com a IFRS 8 e CPC 22, a Sociedade, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas. A Sociedade analisa e avalia os segmentos operacionais até a linha de lucro bruto, onde é possível analisar a contribuição de cada segmento de maneira direta e suficiente para a tomada de decisão. A alocação de ativos e despesas através de rateio entre os segmentos operacionais, na avaliação da Sociedade, não traz benefício adicional na análise e gerenciamento do negócio e por esse motivo é desconsiderada. Não são analisados relatórios sobre valores patrimoniais por segmento.

A Administração da Sociedade optou por organizar o Grupo com base nos dois diferentes segmentos de serviços prestados como segue:

(a) Ensino Superior - Atividade atrelada às empresas MGE, IMEC, UNA, Unimonte e USJT, que atuam na prestação de serviços educacionais ofertando cursos de ensino superior e de aperfeiçoamento profissional incluindo cursos de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e extensão, além do Pronatec.

Vertical de Gestão - Atividade desenvolvida pelas controladas HSM do Brasil e HSM Educação, focadas no desenvolvimento de líderes empresariais e de empresas através de congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos in-company e publicações de livros e revistas com um foco específico nas áreas de gestão e negócios.

31/12/2014		Vertical Parcela não		Total
Ensinio Superior	Gestão	Ensinio Superior	Parcela não	
RECEITA LÍQUIDA	647.789	45.717	-	693.506
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(346.936)	(24.108)	-	(371.044)
(PREJUÍZO) LUCRO BRUTO	300.853	21.609	-	322.462
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Comerciais	(37.466)	(5.424)	-	(42.890)
Gerais e administrativas	(72.142)	(25.858)	(1)	(98.001)
Corporativo	-	-	(55.120)	(55.120)
Outras (despesas) receitas operacionais	(4.613)	(275)	(1)	(4.889)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	186.632	(9.948)	(55.122)	121.562
Resultado financeiro	5.081	(1.310)	6	3.777
Resultado financeiro corporativo	-	-	12.725	12.725
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	191.713	(11.258)	(42.391)	138.064
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	11.879	74	9.077	21.030
LUCRO OU PREJUÍZO ANTES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	203.592	(11.184)	(33.314)	159.094
Participação dos acionistas não controladores	-	5.803	-	5.803
LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	203.592	(5.381)	(33.314)	164.897

31/12/2013		Vertical Parcela não		Total
Ensinio Superior	Gestão	Ensinio Superior	Parcela não	
RECEITA LÍQUIDA	417.748	43.537	7	461.292
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(230.096)	(25.803)	-	(255.899)
(PREJUÍZO) LUCRO BRUTO	187.652	17.734	7	205.393
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Comerciais	(22.293)	(5.092)	-	(27.385)
Gerais e administrativas	(63.142)	(19.515)	(249)	(82.906)
Corporativo	-	-	(47.985)	(47.985)
Outras (despesas) receitas operacionais	(6.372)	(582)	(262)	(7.216)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	95.845	(7.455)	(48.489)	39.901
Resultado financeiro	(2.905)	(1.063)	(1.156)	(5.124)
Resultado financeiro corporativo	-	-	(2.859)	(2.859)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	92.940	(8.518)	(52.504)	31.918
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	2.029	62	11	2.102
LUCRO OU PREJUÍZO ANTES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	94.969	(8.456)	(52.493)	34.020
Participação dos acionistas não controladores	-	4.340	-	4.340
LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	94.969	(4.116)	(52.493)	38.360

(*) A parcela não alocada refere-se majoritariamente a atividades administrativas do grupo, realizadas pela GAEC.

29. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receitas financeiras:			
Receita com juros de mensalidades	-	-	7.474
Receita com juros FUNDER	-	-	83
Receita com aplicações financeiras	22.138	5.875	36.326
Receita com mútuos	1.113	44	17
Correção monetária	18	42	1.204
Outros	-	6	2
Total	23.280	5.967	45.707
Despesas financeiras:			
Despesa de juros com empréstimos	(7.352)	(5.864)	(17.664)
Despesa de juros com tributos	(201)	(3)	(3.076)
Descontos financeiros concedidos a alunos	-	-	(2.289)
IOF	(121)	(1.015)	(207)
Juros de Financiamento Pravalter	-	-	(2.635)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	(1.881)	(3.447)	(1.978)
Outros	(23)	(7)	(1.261)
Total	(9.586)	(10.396)	(29.205)
Resultado financeiro	13.694	(4.429)	16.502

30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Remuneração variável - O programa Compostella, criado em 2008, com objetivo de oferecer a oportunidade de participação em um processo de remuneração variável, abrange a liderança da Sociedade e de suas controladas MGE, IMEC e Unimonte. O Compostella consiste no pagamento de uma remuneração adicional, apurada semestral ou anualmente, desde que a instituição realize suas metas globais e cada gerente realize sua meta individual. As remunerações variáveis anuais propozas no caso do atingimento integral das metas pode variar entre o equivalente a 2 e 7 salários mensais, de acordo com o nível hierárquico e são admitidos atingimentos parciais das metas dentro de critérios definidos previamente, com o pagamento parcial das remunerações propostas. A Sociedade e suas controladas realizam provisão mensal para fazer frente a essas despesas. Os valores pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram de R\$4.741 (R\$2.478 em 31 de dezembro de 2013).

Benefício alimentação - A Sociedade e suas controladas oferecem duas opções a seus colaboradores: cartão refeição ou cartão alimentação, à exceção da Unimonte, que oferece apenas a opção de alimentação aos colaboradores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram gastos com esse benefício R\$6.200 (R\$4.107 em 31 de dezembro de 2013).

Plano de saúde e odontológico - A Sociedade e suas controladas MGE, IMEC, Unimonte e USJT oferecem plano de saúde e odontológico aos colaboradores, conforme critérios definidos em sua política. O plano adotado, oferecido por empresa especializada contratada, possui o regime de coparticipação, onde o colaborador contribui com uma parcela fixa para a utilização dos procedimentos médicos cobertos pelo contrato. A responsabilidade da Sociedade e suas controladas se limitam ao pagamento das obrigações mensais de acordo com o contrato de prestação de serviço com a operadora de saúde que no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$3.843 (R\$2.667 em 31 de dezembro de 2013).

Bolsa de estudo - A Sociedade e suas controladas oferecem a todos os colaboradores bolsas que variam de 70% a 90% de acordo com a faixa salarial, em todos os cursos de graduação tecnológica e bacharelada da MGE e IMEC. Essas bolsas podem chegar a 100% dependendo do rendimento escolar e podem ser endossadas para um dependente legal. Os cônjuges e filhos podem usufruir de uma bolsa de 50% e a Comunidade Anima (demais familiares dos colaboradores), tem bolsa de 30%. Os colaboradores graduados também recebem bolsa de 50% nos cursos de pós-graduação. Na Unimonte as bolsas são de 100% para o colaborador, de acordo com as regras da convenção coletiva local. A USJT oferece até duas bolsas de estudos de 100% por colaborador e seus dependentes, no caso de reprovação a bolsa altera para 50% e, havendo aprovação, 100% a partir do ano seguinte, oferece também bolsa de 30% para demais familiares (Comunidade Anima). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram disponibilizados R\$3.814 referente à bolsa de estudo aos colaboradores e seus dependentes (R\$3.847 em 31 de dezembro de 2013).

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No decorrer de suas operações, direitos e obrigações foram contraídos entre a Sociedade e suas partes relacionadas, oriundos de operações de compra de serviços e operações de contratos de mútuo. As condições comerciais e financeiras são estabelecidas de comum acordo entre a Sociedade e as partes relacionadas, as quais poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com partes não relacionadas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Sociedade apresentou os seguintes saldos e manteve as seguintes transações com partes relacionadas:

Controladora (BR GAAP)		31/12/2014		31/12/2013	
Ativo	Passivo	Resultado	Receitas financeiras	Receitas financeiras	Resultado
MGE	4.685	197	1.772	-	-
IMEC	3.240	246	-	-	-
Unimonte	1.065	283	613	-	-
HSM Brasil	23	-	404	-	1.113
HSM Educação	6	-	135	-	-
Outros	69	-	-	-	-
Total	9.088	726	2.924	1.113	-

Controladora (BR GAAP)		31/12/2014		31/12/2013	
Ativo	Mútuos	Resultado	Receitas financeiras	Receitas financeiras	Resultado
MGE	1.971	-	1.679	-	-
IMEC	1.430	-	-	581	-
Unimonte	6	-	-	-	-
Virtual Case	38	-	-	-	-
BR Educação	-	14	-	-	-
HSM Brasil	154	5.131	153	44	-
HSM Educação	24	200	24	-	-
Outros	32	-	-	-	-
Total	4.122	5.345	2.437	44	-

Benefícios de curto prazo

Consolidado (IFRS e BR GAAP)		31/12/2014		31/12/2013	
Passivo Fornecedores	Resultado Despesas	Ativo Mútuos	Passivo Mútuos	Passivo Fornecedores	Resultado Despesas
RBS Participações	-	-	-	1.587	-
RBS Mídias	-	-	-	200	-
RNE Gestão Patrimonial	160	198	-	-	-
Santa Antonieta Gestão Patrimonial	249	2.950	-	-	-
BR Edu. Gestora de Recursos	-	-	-	-	-
Total	409	3.148	2	1.787	-

31.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores e conselheiros da Sociedade e a remuneração recebida durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é a seguinte:

Controladora (BR GAAP)		31/12/2014		31/12/2013	
Benefícios de curto prazo	31/12/2014	31/12/2013	Benefícios de curto prazo	31/12/2014	31/12/2013
	4.229	2.614		10.875	7.604

A remuneração da Administração e dos principais executivos é estabelecida com base nas responsabilidades e atribuições do cargo de acordo com as melhores práticas de mercado adotadas por empresas do mesmo setor e aprovadas nas assembleias gerais de acionistas da Sociedade.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

32.1. Gerenciamento de riscos financeiros:

No curso normal das suas operações, a Sociedade e suas controladas estão expostas aos seguintes

riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

(a) Risco de liquidez - é o risco de escassez de recursos para liquidar suas obrigações. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado com o objetivo de garantir que a Sociedade e suas controladas possuam os recursos necessários para liquidar seus passivos financeiros nas datas de vencimento.

Transformar o País pela Educação



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Nível 3: Inserções aos ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis pelo mercado (inserções não observáveis).

Os valores justos estimados são como seguem:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014 Nível 3	31/12/2013 Nível 3	31/12/2014 Nível 3	31/12/2013 Nível 3
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	(55.363)	(60.394)	(127.981)	(149.414)
Títulos a pagar	(5.896)	(57.121)	(6.079)	(58.678)
Total	(61.259)	(117.515)	(134.060)	(208.092)

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos baseia-se nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade e suas controladas não possuía instrumentos financeiros classificados no nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que estão disponíveis e baseiam-se o menos possível nas estimativas específicas da Sociedade. Se todas as informações relevantes exigidas do valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento financeiro estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Sociedade e suas controladas adotaram o nível 3 para todos os empréstimos e financiamentos e títulos a pagar.

32.4. Qualidade do crédito dos ativos financeiros:

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Contas a receber de clientes	9.088	4.122	157.187	80.878
Contrapartes sem classificação externa de crédito	9.088	4.122	157.187	80.878
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (i) AAA	1.283	1.057	2.187	2.494
Aplicações financeiras (i) AAA	37.202	387.227	133.542	486.111
	38.485	388.284	135.729	488.605

(i) "Rating" atribuído pela agência de classificação de risco Fitch Ratings.

33. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A Sociedade apresenta abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475/08 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Sociedade adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

• Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Sociedade, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº 32;

• Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Sociedade, e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I);

• Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente);

• Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Sociedade.

Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Sociedade e suas controladas, demonstradas em cenário provável (indexadores utilizados: CDI - 12,08% / IGP-M - 5,72%, ambos vigentes no encerramento do exercício), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada respectivamente.

	Indexador	Risco	Controladora (BR GAAP) 31/12/2014		
			Valor	Cenário provável	Efeito no resultado Cenário possível (25%) Cenário remoto (50%)
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	37.202	4.494	6.741
Empréstimos e financiamentos	CDI	Alta do CDI	(55.471)	(6.701)	(8.376)
Títulos a pagar	CDI	Alta do CDI	(5.846)	(706)	(883)
Exposição líquida			(24.115)	(2.913)	(3.641)

	Indexador	Risco	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2014		
			Valor	Cenário provável	Efeito no resultado Cenário possível (25%) Cenário remoto (50%)
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	133.542	16.132	24.198
Empréstimos e financiamentos	CDI	Alta do CDI	(128.156)	(15.481)	(19.352)
Títulos a pagar	CDI	Alta do CDI	(5.846)	(706)	(883)
Títulos a pagar	IGP-M/FGV	Alta do IGP-M	(183)	(10)	(13)
Exposição líquida			(643)	(65)	(83)

A Sociedade e suas controladas adotaram como critério, para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, o efeito de juros a incorrer nos próximos 12 meses.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Sociedade e de suas controladas.

As taxas utilizadas nas projeções descritas acima foram extraídas das seguintes fontes externas independentes:

- CDI - estimativa divulgada pela Anbima obtida no site www.anbima.com.br;
- IGP-M - taxa extraída do relatório Focus do Banco Central do Brasil: www.bcb.gov.br.

34. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Sociedade e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotados, devida a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade possuía apólices de seguro em que estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equi-

pamentos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves.

Todas as apólices de seguros foram contratadas em Sociedades de seguros do mercado brasileiro.

35. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Para a correta análise das demonstrações de fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, é necessário que sejam avaliadas algumas transações ocorridas nas contas de ativo e passivo que não afetaram caixa, as quais estão descritas abaixo:

(a) Em 04 de junho de 2014 a Sociedade efetuou a transferência de 6.520 ações, no valor de R\$147,612, existentes em tesouraria para os beneficiários do Plano de Incentivo.

(b) A Sociedade efetuou durante o exercício, compensação de provisões com contingências, no valor de R\$1.613, com depósitos judiciais de processos resolvidos.

(c) A Sociedade e suas controladas MGE, IMEC e UNA, incluíram, conservadoramente, no parcelamento REFIS IV, débitos tributários junto a RFB que estavam contingenciados no valor de R\$4.521 (R\$1.179 na controladora) e que foram transferidos para parcelamento.

(d) A Sociedade e suas controladas UNA e Unimonte constituíram crédito tributário com prejuízos fiscais e base negativa de CSLL acumulados, declarados até 31 de dezembro de 2013. O valor constituído foi de R\$9.103 na controladora e R\$22.800 no consolidado, conforme descrito na nota explicativa nº 11.

(e) A Sociedade realizou aumento de capital com crédito tributário constituído com prejuízos fiscais e base negativa de CSLL acumulados, declarados até 31 de dezembro de 2013 em suas controladas MGE, IMEC e Unimonte nos respectivos valores R\$1.229, R\$948 e R\$6.298.

(f) A Sociedade e suas controladas MGE, IMEC, UNA e Unimonte utilizaram créditos tributários constituídos para quitar 70% dos saldos parcelados junto à União com prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, conforme descrito na nota explicativa nº 20.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 19 de dezembro de 2014, a Sociedade celebrou Contrato de Investimento e Outras Avenças, através do qual, em 01 de abril de 2015 adquirirá 100% das ações da Whitney do Brasil Holding Ltda e das empresas por ela controladas, que são mantenedoras da Universidade Veiga de Almeida ("UVA"), com sede na cidade do Rio de Janeiro, e do Centro Universitário Jorge Amado ("UNIJORGE"), com sede na cidade de Salvador. As entidades adquiridas se encaixam perfeitamente com a estratégia da Sociedade, pois ambas são marcas locais fortes e de referência em qualidade acadêmica em seus respectivos mercados.

Conforme o acordo firmado, a Sociedade deverá: (i) pagar o valor de R\$ 562.500 na data de fechamento da transação; (ii) emitir 10.825.632 ações e (iii) pagar R\$ 212.500 através de nota promissória com prazo de vencimento de 12 meses após a data de fechamento da transação. O preço final da transação está sujeito a ajustes baseados no resultado financeiro auditado de 2015 das instituições adquiridas e que será acionário do caso o crescimento do EBITDA das mesmas em 2015 seja superior a 25% do EBITDA do ano anterior.

Após a incorporação das novas ações a serem emitidas pela Sociedade, os acionistas da Whitney detêm 11,6% das ações da Sociedade.

Em 26 de janeiro de 2015 a transação foi aprovada sem restrições pelo CADE e será submetida à apreciação dos conselhos e acionistas da Sociedade adquirente e da vendadora.

Conforme Contrato de Investimento e Outras Avenças, as partes acordaram que a data de fechamento da transação será em 01 de abril de 2015. A partir desta data passaremos a consolidar os ativos, passivos e resultado das entidades adquiridas, assim como registraremos a alocação do ágio, investimento e valores pagos e a pagar pela aquisição. Portanto não existem quaisquer reflexos dessas operações nas demonstrações financeiras do exercício de 2014.

37. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2015.

DANIEL FACCINI CASTANHO
Diretor Presidente

DIRETORIA

GABRIEL RALSTON CORREA RIBEIRO
Diretor Financeiro

RESPONSÁVEL TÉCNICO
MARY AFONSO MOUSINHO
Contadora - CRC/MG 088.391/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da GAEC Educação S.A.
São Paulo - SP

normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GAEC Educação S.A. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da GAEC Educação S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 / F/MG

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC-1SP 218.398/O-1 / T/MG

Deloitte.